



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 26

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 20 de Outubro de 1993

Presidente: Deputado Madruga da Costa (substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente - Deputado Humberto Melo)

Secretários: Deputados Manuel Brasil e Hélio Pombo (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Gomes)

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 15:25 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia**, foi lida a correspondência entrada na Mesa da ALRA, bem como de alguns requerimentos.

De seguida, passou-se às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Assim, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Rui Melo (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), José Armas Gomes (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Jorge Valadão (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Hélio Pombo (*PS*), José Humberto Chaves (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*).

Como primeiro ponto da **Ordem do Dia**, apreciou-se um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Atribuição de Incentivos para a deslocação e fixação de Professores na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros".

Sobre este assunto, usaram da palavra, os Srs. Deputados Rosa Machado (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Rui Melo (*PSD*) e Fernando Fonte (*PS*).

O diploma em apreço, foi aprovado por unanimidade tanto na generalidade como na especialidade. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*) e Rui Melo (*PSD*).

Em seguida, teve lugar a apreciação do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/86/A, de 20 de Março".

Sobre este assunto, proferiram intervenções os seguintes Srs. Deputados: Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*) e Madruga da Costa (*PSD*).

O diploma acima mencionado, foi aprovado por maioria. Proferiram declarações de voto, os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Madruga da Costa (*PSD*).

Por fim, passou-se à apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração do Estatuto da SATA, AIR AÇORES, EP aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/88/A, de 5 de Fevereiro".

Sobre esta proposta, usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos César (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Rui Melo (*PSD*), Victor Evaristo (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*).

A diploma acima referido, foi aprovado por maioria na generalidade.

A sua discussão na especialidade, passou para o dia seguinte, em virtude de se ter atingido a hora regimental.

Sobre este ponto, proferiu ainda uma declaração de voto, o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 20:00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

Eram 15:25 horas.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, José Gomes, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Homem de Gouveia, Rui Luís, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Duarte pires, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao **Período de Antes da Ordem do Dia** com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, uma carta dirigida ao Sr. Presidente da ALRA e c/c Grupos Parlamentares, manifestando a sua mobilização na defesa da "Plataforma Reivindicativa para 1994".

- Dos Srs. Deputados Álvaro Manito e Gaspar da Rosa do Partido Social Democrata, um requerimento do seguinte teor:

"- Considerando que as obras da Escola do Ensino Básico e Secundária Cardeal Costa Nunes na Madalena se encontra em fase de grande abrandamento;

- Considerando que é o único Concelho dos Açores que não possui ensino oficial a esse nível;

- Considerando a necessidade de deslocação para fora da Ilha de muitos alunos que se o mesmo estivesse em funcionamento permitiria o prosseguimento dos estudos a muitos deles no Pico.

- Requeremos ao Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura e Secretário da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis a seguinte informação:

1- Para quando se prevê o normal prosseguimento das obras da referida Escola e a conclusão das mesmas.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Outubro de 1993

Os Deputados Regionais, Álvaro Manito e Gaspar da Rosa".

- Dos Srs. Deputados António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil do Partido Social Democrata, um requerimento que diz o seguinte:

"- Considerando que as obras de pavimentação da estrada da Serra do Topo, na Ilha de S. Jorge, se encontram no momento completamente paradas;

Considerando que o não acabamento das obras mencionadas no considerando anterior trazem grandes prejuízos às populações do Topo de S. Jorge, e a todos os utentes daquela estrada em geral;

Considerando a urgência da resolução deste problema;

Requeremos ao Governo Regional dos Açores e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis a seguinte informação:

- Para quando o retomar da pavimentação interrompida e qual a previsão do seu término?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Outubro de 1993

Os Deputados Regionais, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil".

Secretário (Hélio Pombo): Dos Srs. Deputados do PSD, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que a rede eléctrica de distribuição aos utentes no sítio do Canto dos Terreiros, freguesia das Manadas em S. Jorge, se encontra em péssimas condições;

Considerando que a população do Canto dos Terreiros, teve inúmeros prejuízos nomeadamente em electrodomésticos, motivados estes pela qualidade da energia que lhe é distribuída;

Considerando que a EDA, prevê no seu Plano para 1993, a substituição daquela rede cujos trabalhos estavam previstos para Setembro de 1993;

Considerando que já semelhantes promessas foram feitas pela EDA à população do Canto dos Terreiros, em anos anteriores sem serem cumpridas;

Considerando a urgência da resolução deste problema;

Requeremos ao Governo Regional dos Açores e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis a seguinte informação;

1.º - Para quando o início da substituição da rede eléctrica no Canto dos Terreiros e qual o tempo previsto para a referida obra ?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Outubro de 1993

Os Deputados Regionais, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil".

- Também do Srs. Deputados do PSD, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil, o seguinte requerimento:

"Considerando que o porto Comercial das Velas é o mais importante e movimentado da Ilha de S. Jorge;

Considerando que interessa dotar aquela infraestrutura portuária de uma capaz e moderna iluminação nocturna;

Considerando que as obras de acrescentamento e acesso ao porto se encontram numa fase final de acabamento;

Considerando os inconvenientes nomeadamente para os pescadores que derivam de uma incorrecta iluminação nocturna;

Requeremos ao Governo Regional dos Açores e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o seguinte esclarecimento:

- Para quando se prevê a electrificação total do Porto Comercial das Velas, na Ilha de S. Jorge ?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Outubro de 1993

Os Deputados Regionais, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil".

- Ainda dos Srs. Deputados do PSD António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil, o seguinte requerimento:

"Considerando que se torna urgente a electrificação da Fajã do Ouvidor e da Fajã dos Vimes na Ilha de S. Jorge, por parte da EDA-EP;

Considerando que o atraso na electrificação da Fajã do Ouvidor poderá levar a significativos atrasos no abastecimento de água à zona norte do Concelho das Velas e a prejuízos elevados à população daquela Zona;

Considerando que as duas Fajãs referidas já são residências habitual de muitos jorgenses;

Considerando que os actuais grupos geradores ali existentes se encontram bastante envelhecidos e trabalhando com deficiências conhecidas de solução muito complexa;

Requeremos ao Governo Regional dos Açores e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis os seguintes esclarecimentos:

1.º - Para quando prevê o início e conclusão das obras de abastecimento de energia eléctrica por parte da EDA-EP às Fajãs dos Vimes e Ouvidor na Ilha de S. Jorge ?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Outubro de 1993

Os Deputados Regionais, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil".

- Por fim e dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que o requerimento de 24/05/93, feito ao Governo Regional dos Açores, pelos Deputados de S. Jorge, acerca das obras da envolvente da variante Urzelina - Manadas, e desvio do trânsito automóvel da Canada do Cruzeiro na Urzelina de S. Jorge, obteve apenas (em nosso entender) uma resposta parcial e que hoje poderá estar mais actualizada;

Considerando que o movimento de veículos na Canada do Cruzeiro se faz ainda pelos percursos então referidos causando inúmeros incómodos e prejuízos aos habitantes daquela zona;

Considerando que o acesso solicitado (reposição do anteriormente existente) implica a compra e provavelmente a expropriação de terrenos, processo por vezes moroso;

Considerando que a zona envolvente e subjacente à estrada Variante Urzelina - Manadas em S. Jorge, é formada em grande parte por altas ribanceiras constituídas de rochas e materiais facilmente desagregáveis;

Considerando a não existência do conveniente rampeamento, muros de suporte ou redes de protecção, na referida ribanceira;

Considerando que variadas vezes caem pedras e se desagregam rochas para a referida via da ribanceira subjacente não só obstruindo a estrada como causando perigos incalculáveis aos utentes desta;

Considerando que a Delegação de S. Jorge da SRHOP, já sugeriu uma possível solução para o problema;

Considerando a urgência da resolução destes problemas;

Requeremos ao Governo Regional dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis as seguintes informações:

1.º Qual o ponto da situação actual em relação à resolução do problema da Canada do Cruzeiro, na Urzelina, de S. Jorge ?

2.º Qual o ponto da situação actual em relação ao problema da Variante Urzelina - Manadas, e para quando a resolução respectiva ?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Outubro de 1993

Os Deputados Regionais, António Silveira, Mark Marques e Manuel Brasil".

Presidente: Srs. Deputados, acabámos a leitura da correspondência entrada na Mesa da ALRA. Por isso, passamos ao ponto seguinte de Antes da Ordem do Dia e tendo em conta que não há qualquer Voto presente na Mesa, vamos passar ao 3.º ponto que diz respeito às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Os Europeístas definem o modelo europeu, como um modelo de solidariedade que exige acções positivas a favor daqueles que, à partida, se encontram em situações mais desfavorecidas.

A política regional da Comunidade em alguns dos vectores essenciais visa assegurar níveis de desenvolvimento idênticos em regiões submetidas a grandes disparidades, como é a nossa, através de acções correctoras.

Uma das acções correctoras é o PDR - Plano de Desenvolvimento Regional 94/99.

Com a aprovação do Plano de Desenvolvimento Regional 94/99, em apreciação nos órgãos competentes da Comunidade Europeia, terá o arquipélago dos Açores mais um instrumento desejável para o fortalecimento da nossa economia, valorização e formação dos nossos recursos humanos, que terá reflexos imediatos na nossa qualidade de vida.

Sendo o PDR um projecto Nacional, liderado pelo Governo da República, tem o mesmo em vista o Portugal Europeu, moderno e desenvolvido do próximo século.

É um plano de grande estímulo e de grande responsabilidade, porque define o futuro de Portugal.

E, definindo o futuro de Portugal, logo também condiciona o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Assim, o Governo Regional apresentou ao Governo da República, a fim de ser incluído no projecto nacional, as medidas imprescindíveis à dinamização do nosso arquipélago, onde a descontinuidade geográfica e a nossa dimensão, bem como o atraso tecnológico, condicionam e dificultam o nosso desenvolvimento.

De acordo com a previsão de financiamento, os Açores beneficiarão de uma subvenção Comunitária de 120 milhões de contos, o equivalente a 22,3% do montante destinado a fortalecer a base económica regional do nosso país.

Os Açores são a Região do País que maior participação nominal relativa vai obter da Comunidade Europeia durante a vigência do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

É com muita satisfação que constatamos que a solidariedade Nacional funcionou.

Estamos conscientes que com essas medidas nem todos os problemas ficam sanados, mas é, sem margem de dúvida, um forte contributo.

A existência e a utilização desses fundos nos Açores confirma a correcta opção política do PSD e do Governo em apresentar a esta Assembleia uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que contempla alterações ao Plano e Orçamento de

1993, porque tornou-se imperioso reforçar a dotação inicial, tendo presentes os respectivos graus de execução e a necessidade de obter cabimento de determinados projectos, irá permitir o relançar de investimentos que são objecto de co-financiamento Comunitário, arrecadando assim os fluxos financeiros do lado das receitas.

O Governo Regional tem vindo a trabalhar afincadamente para amortecer as consequências da crise económica que chegam lá de fora, para favorecer a recuperação da economia da região.

É uma grande oportunidade que não podemos perder.

Há assim razões objectivas para ter confiança no futuro.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano de Desenvolvimento Regional 94/99, também é de grande importância para as Autarquias, porque o mesmo contempla a duplicação dos fundos, relativamente ao anterior Quadro Comunitário de Apoio e os investimentos das autarquias no âmbito do FEDER passarão a beneficiar generalizadamente de taxas de comparticipação mais elevadas que os regulamentos comunitários permitem, que é de 75 por cento.

Eis, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, mais uma razão acrescida para o PSD empenhar-se no próximo acto eleitoral que se avizinha.

Iremos viver uma nova fase no poder autárquico, com novas exigências, desafios e dificuldades.

As apostas deverão ser feitas nas áreas da cultura, educação, saúde, ambiente, habitação, no combate à exclusão social e no acompanhamento aos mais idosos.

É necessário a colaboração entre as Autarquias e o Governo.

Não podem estar de costas voltadas e os Candidatos do PSD assumem essa relação de lealdade.

Porque a modernização só se consegue com ideias positivas e ambiciosas, rejeitando a perspectiva miserabilista e catastrófica dos partidos da oposição, em especial o Partido Socialista.

Para o PSD as dificuldades são um desafio.

Para as próximas eleições autárquicas, o PSD tem um objectivo claro e ambicioso:

Queremos conquistar o maior número de Câmaras;

(Risos do Deputado Carlos César)

O Orador: Queremos passar a ser o primeiro partido em número de Presidentes de Câmara;

É este o nosso objectivo muito claramente anunciado e assumido.

Para atingir este objectivo, o PSD/Açores rejuvenesceu as suas listas, apresentando 12 candidatos pela 1.^a vez e recandidatando 7.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em Dezembro, o PS tem muito mais a perder do que o PSD.

A derrota nas eleições autárquicas porá em causa a própria liderança do principal partido da oposição.

Logo, o Partido Socialista vive angustiado.

Angustiado, não só pelo completo desnorte estratégico que vai pelas fileiras socialistas, onde uns querem a derrota do PSD e do Dr. Mota Amaral, outros não querem, e vários sonham com o poder partidário a seguir, ambições assumidas por alguns, que nem as declarações de fidelidade e de solidariedade ao pobre líder, de forma nenhuma conseguem disfarçar.

O Deputado Martins Goulart sabe que o fracasso das eleições autárquicas não lhe será perdoado pelos seus camaradas.

Porque ninguém acreditará num homem que perde sucessivamente actos eleitorais.

O reforço da credibilidade de cada agente político é a invocação de uma vitória que tem o valor previsível de novas vitórias.

Contudo, a inconsciência do Deputado Martins Goulart permite-lhe caminhar com alegria, mesmo quando o abismo está a dois passos diante de si.

Não surpreende, por isso, a avalanche de demissões e de insatisfações que grassa nos militantes e eleitorado socialista, senão vejamos:

- Carlos César - Demite-se de Vice-Presidente da Assembleia.
- José Humberto Chaves e Paulo Bermonte - Demitem-se do Secretariado Regional.
- Rui de Jesus, José Gabriel Lopes, Nélio Lourenço e Carlos Ávila - Demitem-se de Secretariados Coordenadores de Ilhas.

- Luís Filipe Cabral, Albano Pimentel, Fernando Fonseca, António Aguiar Rodrigues e Brito Azevedo - Demitem-se de Secretariados Coordenadores de Secções.

- Lisete Silveira - Demite-se da Organização Nacional das Mulheres Socialistas.

- Gilberto - Militante Anónimo do Pico, é expulso.

Por último, militantes ilustres com vários anos de luta pelo socialismo democrático, como;

- Manuel Tomás (Ex- Governante sombra)

- Manuel Paulino e Ivo Soares (Autarcas de sucesso)

- Ângela Almeida (Destacada mulher da Cultura).

Abandonam o Partido Socialista.

Entretanto, o Deputado Dionísio de Sousa abandona a reunião do Secretariado Regional,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Olha que coisa! Até podia não ter ido lá!

(Risos do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

O Orador: ...onde se debatia um documento denominado "Princípios Deontológicos e Regras de Conduta a Assumir e a Observar pelos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional dos Açores", que o mesmo classificou de normas "estúpidas".

Aquele documento, que tem um pomposo nome, é um instrumento que segundo consta no mesmo foi aprovado por unanimidade, impõe como principal objectivo limitar as liberdades, ou melhor, destina-se a controlar e fiscalizar o exercício das funções dos Deputados do Partido Socialista.

Deputado Fernando Fonte (PS): *Consegues ser melhor do que o Cavaco!*

O Orador: Pensamos nós que tais medidas foram inspiradas no recente encontro entre o líder do Partido Socialista e do Partido Comunista Português.

Enquanto no continente o PCP apresenta queixas à Comissão Nacional de Eleições contra o PS e o Líder de Bancada do PS na Assembleia da República reage energicamente contra o PCP, na Região, o Líder do PS fomenta coligações com os

mesmos. Ao contrário do que se passa no mundo, o PS continua a aliar-se aos dinossauros do comunismo,...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Do Separatismo!

O Orador: ...que ainda trazem Marx e Lenine no coração.

É inacreditável!

Por último, gostava de trazer a esta casa duas situações que se prendem com a actividade do PS e da sua pseudo liderança.

A primeira é recordar que mesmo que o PS conseguisse o maior número de Presidentes de Câmara, o Deputado Martins Goulart e seus fiéis seguidores perdem as eleições, porque o PS propõe vários candidatos a Presidentes de Câmara como Renato Leal, Francisco Sousa, Carlos Ávila e João San Bento ...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Batem o recorde"

O Orador: ...que são opositores internos à actual liderança do Partido Socialista.

Segunda Constatação: ninguém consegue liderar nada, nem ninguém, se as suas propostas ou opiniões não são aceites naturalmente pelos seus "súbitos".

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não aceitamos cá disso!

O Orador: Não sei se esses apartes estão previstos no tal documento de princípio deontológico e regras de conduta. Não esteja a incorrer nalguma infracção de que será despedido.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Claro!

O Orador: No início deste mês, em declarações ao jornal "Açoriano Oriental", o Deputado Martins Goulart afirmava que o PS tinha intenção de apresentar uma "Moção de Censura" ao Governo Regional nesta sessão legislativa, depois evolui para uma interpelação. Nem mesmo com esta viragem o Líder do PS conseguiu convencer o seu Grupo Parlamentar.

Penso que o Senhor Deputado Martins Goulart se encontra envergonhado por ter averbado mais uma derrota no seio do seu Grupo Parlamentar que já está na sala.

Tudo isto confirma que o PS continua igual a si mesmo.

Isto é, sem emenda.

Estamos convencidos que o Deputado Martins Goulart no dia 12 de Dezembro à noite, logo após o anúncio da sua demissão, como é hábito, citará o escritor francês, Voltaire, "O sonho da minha vida foi um perpétuo pesadelo".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que traduz neste momento a solidez quase inamovível do Presidente do PSD Dr. Mota Amaral, contrasta por outro lado, com uma visível fragilidade no espaço dos outros partidos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Os faraós sempre foram assim!

O Orador: E a escassez de alternativa credível para o exercício do poder não é saudável em democracia.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Deputado Jorge Cabral (PSD): Esmagados!

Deputado Fernando Fonte (PS): Completamente!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP):

Deputado Jorge Cabral PSD): Ó Paulo, defende o PS agora!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento harmónico e equilibrado de toda a Região constitui um dos objectivos fundamentais do Sistema Autónomico consagrado na Constituição da República.

O poder regional exercido pelo PSD tem, ao longo do tempo, mantido um comportamento muito desequilibrado no que respeita à questão do desenvolvimento harmónico, havendo mesmo casos, como o do círculo eleitoral que me elegeu, que só profundas alterações políticas locais conseguiram forçar o Governo a iniciar algumas obras fundamentais.

No momento actual, com a penúria orçamental que o Governo Regional criou, a tendência centralizadora tem-se acentuado fortemente.

Tivemos oportunidade de levantar estas questões quando, tardiamente se discutiu o Plano e Orçamento para este ano, mas é urgente lembrar-se que com o centralismo interno não há autonomia que resista.

A bancada do PSD, em bloco acrítico, fez passar o Plano para 93, aceitou a dilação da discussão do Orçamento, aprovou o Plano de Médio Prazo, isto é, aprovou todas as orientações centralizadoras que marcam hoje a prática governativa de modo muito evidente.

Neste quadro não tem credibilidade política as posições vindas do partido do Governo de crítica ao centralismo governativo. Não é possível ser-se ao mesmo tempo lobo e cordeiro, nem é aceitável que algum dos lobos se queira apresentar como ingénuo cordeiro.

Há hoje um centralismo governativo exacerbado porque a direcção política do PSD assim o decidiu e o grupo parlamentar do PSD o consagrou.

Só uma alteração política profunda poderá reequilibrar a situação e criar uma verdadeira perspectiva de desenvolvimento harmónico de toda a Região Autónoma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ninguém duvida que a economia regional está a atravessar uma das mais graves crises de sempre.

A base produtiva regional está seriamente comprometida, sendo muito séria e grave a situação da agro-pecuária regional.

Os recentes acontecimentos em S. Miguel e Terceira vieram demonstrar que não é possível continuar a deixar degradar os rendimentos da lavoura e que as consequências dessa degradação são de uma enorme dimensão económica e social.

A aposta na produção de leite e carne continua a ser a aposta certa porquanto está em total correspondência com as nossas aptidões naturais e humanas.

Fazer garantir o direito que temos de ter de produzir de acordo com as nossas aptidões, é a questão central que se tem que colocar ao poder político regional, nacional e comunitário.

Encontrar uma série de medidas que façam moderar os custos de produção; resolver algumas questões infra-estruturais fundamentais, como sejam o abastecimento de água e luz às explorações e a construção de caminhos; encontrar níveis de preço à

produção que rentabilizem as explorações; incentivar a actualização industrial; garantir a moderação dos custos de transporte dos produtos finais para os mercados de destino; são algumas das direcções de trabalho a seguir, para que se possa viabilizar, no quadro comunitário, a agro-pecuária açoriana.

Não é pensável pretender-se manter uma actividade sem condições de rentabilidade e não é também, pensável, imaginar-se a economia regional, hoje, sem agro-pecuária.

O poder político não pode alhear-se deste problema e a Região, o Estado e a CE tem que criar os enquadramentos suficientes para que a lavoura e as industrias derivadas possam actuar com rentabilidade.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Armas Gomes.

Deputado José Armas Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Subo pela primeira vez à Tribuna da Assembleia Legislativa Regional dos Açores consciente da modéstia das minhas palavras e da simplicidade da minha postura Parlamentar.

Mas não me pode embaraçar assumir nesta casa a condição de homem vulgar que labuta nas actividades mais próprias destas Ilhas - A Agro-Pecuária e as Pescas porque em Democracia não existem "Acessos Reservados".

Ir ao encontro das melhores soluções políticas e práticas para as nossas terras, implica também, necessariamente, auscultar alguém que se movimente nos espaços mais comuns da sociedade.

Desempenhar há vários anos funções como dirigente Associativo Agrícola, para além de me permitir vir acompanhando de perto os problemas dos lavradores, tem-me levado a contactar todos os dias com outras áreas e serviços uma vez que nas Ilhas mais pequenas é particularmente notória a ligação e interdependência entre os vários sectores quer sejam eles públicos ou privados.

Paralelamente, é meu hábito procurar um relacionamento pessoal com os diversos agentes da comunidade que me dê uma informação mais detalhada sobre as realidades a outros níveis.

Creio, por isso, deter o tacto necessário para tomar o pulso às populações e sentir as suas reivindicações, necessidades e progressos o que reforça a minha legitimidade bastante para vir aqui representar e defender o meu círculo eleitoral e toda a Região em geral.

As minhas preocupações imediatas incidem sobre a Ilha das Flores.

Diferentes têm sido as vozes que se levantam para se pronunciarem sobre o panorama político e sócio-económico que se vive nas Flores.

Respeito todas as opiniões, algumas poderão mesmo ser partilhadas por mim, mas também não temo discordar delas quando sistematicamente se limitarem a traçar cenários de desgraça inflamando e prejudicando a resolução dos problemas ou quando insistirem com irrealismo em opções desproporcionais.

Se olharmos para as Flores de hoje e fizermos uma apreciação global comparativa entre a situação actual e um passado bem recente de que todos se lembram, constatamos ter havido uma mudança histórica nas condições de vida dos florentinos. O Governo Regional, num esforço político e financeiro notável que é justo enaltecer, dotou recentemente as Flores com as principais infra-estruturas de uma forma adequada e quebrou grandes limitações que nos sacrificavam.

Os milhões de contos investidos nas Flores já transformaram a Ilha.

A população já deles beneficia e está mais tranquila porque estão asseguradas determinadas condições sem as quais seria doloroso continuar a viver nos nossos dias.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Muito bem!

O Orador: Apesar de algumas incertezas nas Flores, o sentimento generalizado é de maior satisfação por agora ser mais fácil atingir à nossa dimensão os padrões médios de desenvolvimento regional.

A obra está à vista pelo que seria fastidioso enumerar discriminadamente todos os investimentos, mas alguns merecem destaque pela sua importância e são estruturas vultuosas que nunca poderemos esquecer ao avaliarmos o salto qualitativo que se deu nas Flores.

- O Porto permite que se façam importações e exportações regularmente com rapidez e segurança o que é uma melhoria sem paralelo em termos económicos e sociais.

Por outro lado, é uma importante unidade de apoio às pescas locais e à frota Regional para além de estar sempre apto a servir movimentos marítimos turísticos e recreativos.

- O aumento do aeroporto trouxe consigo uma melhoria significativa nas ligações aéreas com o exterior.

Existem outras condições de operacionalidade, os voos fazem-se com mais frequência e deve ser dito aqui que a SATA nos últimos tempos tem feito um esforço considerável no sentido de nos servir de acordo com as nossas reais necessidades.

Os florentinos estão agora muito menos isolados o que em termos sociais é confortante. A melhoria também já é notória ao nível dos movimentos turísticos.

- A fábrica dos lacticínios vai revolucionar a vida económica das Flores. Vamos rentabilizar o que produzimos e os nossos lavradores vão estar mais protegidos e aumentar os seus rendimentos.

Os florentinos ao verem estas antigas aspirações satisfeitas estão agora abrangidos por frutos que a Autonomia Regional tem trazido aos Açores e que felizmente já chegaram às Flores.

A nossa inserção na Região está hoje mais consolidada e os avanços contribuem definitivamente para uma dimensão integral e harmoniosa que queremos para os Açores.

Sem dúvida que vivemos melhor. A crise não é tão negra e mortal como alguns a encenam.

Todavia, não podemos ignorar dificuldades que existem de facto no seio das nossas populações e o sofrimento da população obriga a que nos preocupemos.

A situação conjuntural presente não é a melhor e quanto a isso não vale a pena esconder a verdade. Não é a melhor para os Açores como não o é para o resto do país ou para a Europa. Se estamos cá nos períodos de maior prosperidade não podemos fugir aos ciclos menos bons.

Mas sou otimista e acredito que com a capacidade política que temos, dinamismo, imaginação, prudência e servindo-nos de experiências passadas podemos contornar os obstáculos e não parar de construir o futuro.

Depois de resolvidas as carências mais gritantes das Flores não podemos adormecer à sombra desta fase mais eufórica por que passamos.

As preocupações não acabaram.

Temos ainda vários problemas muito pertinentes por resolver.

Devo dizer que deles dei conta ao Governo Regional esperando medidas concretas e atempadas.

As Flores nunca deixará de ser uma Ilha pequena, no extremo da Região, limitada económica e socialmente e que não pode ficar entregue a si própria.

Os florentinos continuam a clamar por um esforço concertado e por um apoio previdente do Governo Regional.

Chamo a atenção dos vários responsáveis governamentais que nas Flores existem ainda obras por acabar que inquietam a população, serviços regionais que se têm que modernizar e tornar mais funcionais, carências sócio-culturais que esperam resposta e investimentos por fazer nomeadamente no que toca à rentabilização dos nossos recursos naturais.

É sempre preferível acabar com os problemas de vez do que ir suportando as suas deficiências o que se torna mais dispendioso e sem nenhuma contrapartida rentável e duradoura.

Daqui para a frente o que vai ser inscrito nos planos orçamentais em relação às Flores não pode ser feito severamente, a régua e esquadro.

Não se deve olhar só ao que foi feito nos últimos tempos, para se dar continuidade à modernização e o investimento público regional não pode estancar de vez nas Flores. Tal seria um penoso retrocesso no nosso desenvolvimento.

Se fomos os últimos a receber em tempo de "vacas gordas" não podemos ser os primeiros a ser penalizados em situação de menos desafogo financeiro.

Contudo, não perdemos a noção da dimensão de cada Ilha e da fatia do bolo que a cada uma se deve destinar.

Defendemos é que se tenha em conta os diferentes meios de que cada Ilha se pode socorrer para assegurar uma crescente melhoria do nível de vida dos seus habitantes e os habitantes das Flores têm direito a crer viver melhor, não tendo culpa de muitas das limitações da sua Ilha.

As Flores, pacientemente, por vezes sofrendo com isso, tem sabido estar no processo autonómico.

Mesmo assim, estamos gratos pelo que tivemos e pensamos não desmerecer as soluções que nos apresentaram porque eram de há muito reivindicadas e foram adequadas.

Se houve dificuldade em resolver o caso das Flores, apesar da demora, orgulha-nos saber que com isso não hipotecamos o futuro dos Açores.

Penso que por esta nossa humildade ao longo dos tempos merece-mos ser atendidos e compreende-se o nosso protesto quando nos sentimos esquecidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Compreendo que os interesses globais da Região devam colocar-se acima de quaisquer outros. Mas nem sempre podemos defender às escuras só interesses globais quando problemas palpáveis e localizados nos atormentam.

Para que a nossa legítima Autonomia se mostre fortalecida e prossiga sem equívocos na consolidação de um modelo político que tem dado muito aos Açorianos é indispensável vir ao de cima o bom senso Regional especialmente em torno das questões tão sérias como a que agora vamos discutir neste plenário.

É, em momentos como este, na solidária união Regional vinda de Santa Maria às Flores que se afirma a responsabilidade dos políticos que lutam pelo progresso destas Ilhas.

Mas para que continue a haver progresso e unidade Regional é preciso que se levem a cabo várias reformas necessárias e se ouçam todas as propostas válidas.

Às vezes somos tentados a dar mais importância aos interesses do pé da porta do que dos vizinhos.

Mas só conseguiremos obter satisfações para as nossas necessidades se primeiro dermos o nosso contributo na defesa de planos globais que a vencerem também nos contemplam.

Que deste Plenário saiam propostas equilibradas que salvaguardem os interesses das Flores porque os florentinos também se esforçam na solução dos problemas da Região.

Como estreante, ciente da simplicidade da minha actuação parlamentar estou inteiramente disposto a trabalhar numa colaboração séria com todos aqueles que nesta Assembleia tenham em mente conseguir o rumo mais indicado para os Açores.

A minha franca disponibilidade passa também por uma abertura sensata ao diálogo com a oposição, porque na oposição também existe gente válida e com ideias o que é injusto desprezar.

Termino saudando respeitosamente todos os Senhores Deputados de todas as bancadas parlamentares e espero que no fim deste plenário a Assembleia Legislativa Regional dos Açores tenha saído dignamente prestigiada.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PSD, Governo e Deputado Fernando Lopes)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pretende usar a palavra com que finalidade?

Deputado Paulo Valadão (PCP): É para pedir um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Armas:

Em primeiro lugar dá-me a impressão de ter ouvido aqui duas intervenções.

Uma, em que foi referido determinado desenvolvimento, o que é uma realidade na Ilha das Flores e outra em que foram apontadas determinadas necessidades, determinados aspectos críticos em relação à Ilhas das Flores, com os quais estou totalmente de acordo.

O Sr. Deputado disse que nós fomos os últimos a receber e quero aqui, mais uma vez, dizer-lhe que comungo da sua opinião.

No entanto, quero lembrar um outro aspecto. Ou seja, quando esta Autonomia começou e dentro das ilhas pequenas, nós - Ilha das Flores - éramos a que estava

mais à frente. Já tínhamos aeroporto, as outras ilhas ainda não tinham. Já tínhamos um cirurgião no hospital, as outras não tinham médicos especialistas e muitos outros casos podíamos aqui referir em relação a esta diferença.

E, infelizmente, enquanto as outras ilhas avançaram, nós durante muitos anos estagnámos, mas isto será outra matéria e a questão que lhe queria colocar era a seguinte:

Falou no problema do porto e segundo creio, o mesmo ainda não está terminado. As infra-estruturas anexas ainda não existem. A estrada de acesso é deficiente. O apoio às pescas e ao contrário do que V. Ex.^a diz, - dá-me a impressão que ainda tem muito que se lhe diga - todos nós sabemos que determinados apoios que as pescas quer da ilha, quer dos próprios barcos que por lá passam, não têm aquele apoio que deveriam ter.

Por outro lado, diz que estamos menos isolados e efectivamente estamos. Mas, infelizmente, o desenvolvimento que as Flores tem tido ainda não foi o suficiente para que a nossa juventude se fixe na mesma e como tal temos vindo a diminuir nos últimos censos de população.

O pedido de esclarecimento que lhe faço, é se entende ou não que para o avanço das Flores são necessárias medidas de fixação da nossa juventude?

Por outro lado, se acha ou não urgente que as infra-estruturas que estão a ser realizadas sejam terminadas rapidamente?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Com o voto da CDU, vais resolver isso tudo!

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado José Armas Gomes.

Deputado José Armas Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu penso que durante a minha intervenção já respondi às suas perguntas.

De facto, disse que as Flores estava menos isolada, mas que estavam obras por acabar e quando falo nesse assunto, refiro-me ao porto, aeroporto e a todas as outras infraestrutura que se encontram nessa situação, como é evidente.

Em relação à juventude, é evidente que eu também sou da opinião de que se deve fixar a mesma na ilha, como qualquer um dos Srs. Deputados que está nesta Assembleia quer os filhos na sua terra.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Em 70 anos não resolveu o problema da Rússia e quer agora resolver em 16 anos o problema das Flores!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na penúltima Sessão desta Assembleia, em fins de Maio passado, tivemos oportunidade de, por ocasião de apreciação do Plano e Orçamento para o corrente ano, denunciar e demonstrar a falsidade da política do PSD consagrada naqueles documentos e a sua inadequação às situações com que a Região se defronta.

Abordei inclusivamente, a título de exemplo, algumas das patéticas incoerências que envolvem projectos e sectores de fundamental importância para o círculo eleitoral da Ilha Terceira.

Permite-me lembrar aqui que, em termos reais e como na altura foi demonstrado, a quebra do investimento previsto para aquela ilha era superior à média regional, quando, exactamente, se esperava o contrário dado o rol de projectos em atraso e os compromissos lá assumidos pelo Partido do Governo.

Efectivamente em termos reais, as verbas para a ilha baixaram de 92 para 93 em 55%, descendo como na altura se disse de 6,4 milhões para apenas 2,9 milhões.

Foi o cúmulo do deslante, foi a maior afronta à população da ilha e a estrondosa derrota política dos que na Terceira defendem a política deste Governo.

O desinteresse de Mota Amaral por aquela ilha está bem patente na dotação atribuída às estradas da ilha. Na dotação atribuída ao sector de saúde, nomeadamente, com o caso do célebre projecto do Centro de Saúde da Praia da Vitória que estando já contemplado em Planos anteriores, desapareceu em 1993 para no quadriénio se fixar em verbas no valor de 50 mil contos.

As questões relacionadas com o Porto da Praia da Vitória e com as artimanhas da Administração Regional no sentido de transferir responsabilidades para a iniciativa privada.

O famigerado projecto do matadouro industrial da ilha.

O vergonhoso caso da recuperação da Serra do Bairro de Santiago.

Para não falar nos casos concretos das obras que, embora iniciadas há 10 e 12 anos, continuam ao ritmo de 1 Km por ano e como na altura desafiei aqui os ilustres colegas, admitia-se que em 93 nem se atingisse a meta do quilómetro por ano, pois faltam 3 ou 4 meses e seria de facto milagroso que se conseguisse avançar mais um quilómetro na ligação de Angra-Praia da Vitória.

São as questões relacionadas com projectos que foram prometidos, assumidos e que nunca chegaram a ser contemplados por esta administração, como o caso do aproveitamento da Baía de Angra, o caso do centro cultural, as questões relacionadas com o turismo, as matérias que envolvem os incentivos à iniciativa privada e ainda bem recentemente estão na origem de uma polémica entre os empresários por um lado e o sector governamental responsável pelos boicotes existentes a esse nível.

E tivemos, obviamente, o cuidado de no que toca ao sector do ensino e nomeadamente à questão universitária de salientar aqui o seguinte: as novas instalações para o Pólo Universitário da Terra-Chã que estavam dotadas em 50 mil contos no ano de 92, deixaram de ser contempladas em 93 e no quadriénio apresentavam a ridícula verba de 20 mil contos, cerca de 2% da verba para construções no ensino superior, quando, por exemplo, o conjunto da Universidade dos Açores estava dotada com mais de 1,2 milhões de contos.

E foi efectivamente este Plano e este Orçamento que foi aprovado pela maioria desta Assembleia Regional, pelos Deputados do PSD incluindo os Deputados que representam o povo da Ilha Terceira eleitos na lista do PSD nesta Assembleia. Aprovaram um documento que na área do sector universitário dava 2% para a sua ilha. Claro que ainda houve alguma jogada de bastidor que fez de forma artificial incluir para 93 uma migalha um pouco maior. Mas, pergunto: estamos a 3 meses do fim do ano e como na altura dizíamos, qual foi o resultado dessa jogada de bastidor para iludir algum incauto?

O papel e o peso deste Governo em matéria universitária e no que toca à Ilha Terceira, como na altura foi dito, vale menos do que o papel de um simples e modesto provedor duma Santa Casa da Misericórdia que fez uma oferta à Universidade e bem superior àquela que com um orçamento de 100 milhões de contos foi capaz de fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Importa aprofundar estas matérias. Importa ver quem é que está com este Governo, quem é que subscreve a política que este Governo executa em relação aos sectores em geral e em relação à Universidade em geral.

Para que não haja dúvidas, em 1989 o Vosso Governo tinha orçamentado para o Campus de Ponta Delgada 120 mil contos destinados a instalações e investiu 138. Tinha dotado para o Campus de Angra do Heroísmo 40 mil contos, investiu 15 e tinha dotado para o Faial 15 apenas aplicou 4 mil contos.

Em 1990 dotou o Campus de Ponta Delgada com 280 mil contos e gastou 203.

Em relação à Terceira dotou com 70 mil e gastou 32 e no que diz respeito ao Faial dotou com 30 mil e gastou 3, 8.

Em 91 este Governo dotou Ponta Delgada com 275 mil contos em matéria universitária e investiu 330. Angra do Heroísmo foi dotado com 110 mil e investiu 4 mil. A Horta tinha sido dotada com 100 mil e praticamente nada foi gasto.

Em relação a 1990 e 91 a Universidade de Angra, de uma dotação 180 mil contos, foram aplicados 36 mil, cerca de 20%. O Campus da Horta de uma dotação de 130 mil contos foram aplicados em construções 4 mil, o que equivale a 3 %.

É este o triste empenhamento do Governo Regional no financiamento das infraestruturas universitárias dos Açores. É por esta política que os Srs. Deputados, que ocupam essa bancada, são responsáveis.

De quem é essa responsabilidade desastrosa e desequilibrada que, obviamente, encoraja e está ao serviço dos sectores mais centralistas desta Região, com peso crescente nos centros de decisão no poder constituído, de que fazem parte, obviamente, todos os deputados com assento na bancada do PSD.

A nós deputados da oposição, cabe-nos denunciar estes atropelos, estas políticas e estas injustiças. E temo-lo feito. Aos deputados do poder cabe-nos exercê-lo

capazmente. O que não tem sido feito. Se não são capazes de influenciar as políticas e decisões da maioria de que fazem parte e apoiam, e não têm sido, então que se demarquem claramente ou que convençam os seus pares das suas eventuais justas razões.

O que não podem é a um tempo apoiar cegamente a nefasta política e acção do seu Governo e estranhar as consequências injustas e assimétricas da sua aplicação. O cinismo político tem limites. Infelizmente, neste caso do Ensino Superior nos Açores, como noutros, o tempo encarregar-se-á de demonstrar, tal como no passado, a postura e coerência da actuação política dos que representam o povo dos Açores nesta Assembleia.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Está aí uma coerência grande!

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Valadão pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Valadão (PSD): É para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Começo por pegar nas suas últimas palavras: o cinismo político tem limites. A postura e a coerência também o tem.

V. Ex^a., por sistema, vem a esta Câmara com o mesmo discurso, procurando pôr em causa o comportamento e a postura dos deputados do PSD e, mais concretamente dos deputados que foram eleitos pelo mesmo círculo que V. Ex^a:foi.

Estamos, perfeitamente, à vontade para ripostar e contestar os argumentos já estafados que, sistematicamente apresenta aqui nesta Casa.

Está sempre com a preocupação de saber quem é que está com este Governo, bem como de quem é que está contra ele mesmo.

Nós temos tido a postura de apoiar o Governo, somos do Partido Social Democrata, sempre fomos e estamos sempre também na mesma linha de actuação de, eventualmente, em casos pontuais, quando discordamos da actuação deste Governo, de o fazer de uma forma frontal e de uma forma séria. Isso não significa que apoiar significa calar, significa consentir, significa abdicar. Apoiar, significa também - em determinados momentos e quando os ditames da consciência o exigirem - apontarmos

os erros com honestidade e com seriedade e apontarmos os caminhos que, na nossa perspectiva, são os mais correctos.

É esta a nossa postura. Isto aqui não é na base do "ou estás por mim ou estás contra mim"! Significa sim, que não podemos deixar de manifestar a nossa opinião sem que isso signifique, de modo algum, que deixemos de apoiar o Governo que por sua vez é apoiado pelo partido de que fazemos parte.

São questões completamente distintas e estamos perfeitamente à vontade para fazer aquilo que já afirmei.

V. Ex^a. fala sempre deste Governo e do compromisso que o mesmo tem e de que o mesmo não apoia determinadas iniciativas, bem como não cumpre nada.

V. Ex^a. teve oportunidade - e os partidos da oposição também tiveram oportunidade - de pôr este Governo "no chão", num determinado circunstancialismo e não o fizeram!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se, porventura, este Governo é assim tão mau, porquê a vossa atitude de passividade e de conformismo, num determinado contexto em que podiam muito bem tê-lo mudado?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Dispõe ainda de 1 minuto para prestar esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Face à intervenção do meu ilustre colega, ...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Colega?!

O Orador: ... Sr. Deputado Jorge Valadão, julgo que não me cabe prestar grandes esclarecimentos, porque percebi e compreendi a postura que V. Exa. assumiu perante aquilo que foi dito e digamos que justifica a sua posição de "apoio crítico" a este Governo Regional. Eu aprecio isso e faço votos para que tenha oportunidade de poder dar expressão a essa sua intenção.

Em relação à parte final da sua intervenção e no que diz respeito ao desafio que foi lançado quanto à oportunidade que pudesse ter havido de desfazer este Governo, quero dizer-lhe que já tive possibilidade, perante essa mesma questão levantada pelo Sr. Presidente do Governo Regional, de declarar naquela tribuna que pela nossa parte, o Governo já teria caído há muito tempo e, nomeadamente, no período a que o Sr.

Deputado se refere. Mas também, vendo o que estou vendo hoje, disse na altura que talvez o maior castigo para este Governo, fosse o que tem acontecido. Porque se agente tem feito cair este Governo, o Dr. Mota Amaral era um homem feliz e tranquilo no continente, a "esfregar as mãos". E assim, ele está pagando aqui, aquilo que fez aos açorianos, durante 16 anos!

(Risos do PS)

E amanhã vamos ver o resultado, porque **Deus nos livre se não fosse o Dr. Mota Amaral e o PSD a responder aqui por aquilo que fizeram!!**

Deus nos livre se fosse a oposição que tivesse que vir aqui pedir 20 milhões de contos em 3 meses, quando em 16 anos endividou-se em 40 milhões de contos!

O que é o povo dos Açores havia de dizer?!

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse porque o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Nós, "não tínhamos unhas para essa viola"!

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, só quero acrescentar que nós aceitamos que o Governo devia ter caído, mas se calhar ainda bem que não caiu, para pagar por aquilo que fez!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Devido à grande baixa de preços que se verificou o ano passado por parte dos comerciantes de gado na Ilha do Corvo, e por se tratar de um problema que envolvia seriamente a economia da lavoura Corvina decidiu então a Associação Agrícola da Ilha do Corvo proceder à exportação dos referidos bovinos.

Por isso, tive oportunidade de ver com os meus próprios olhos, o estado lastimável que o gado chega a Lisboa, dado o meio de transporte que é utilizado, desde o Corvo para as Flores, para aguardar o barco, que por sua vez, leva mais doze dias de viagem que, dadas as péssimas condições de transporte a que se submeteram, fazem deles, animais irreconhecíveis, nem mais nem menos uma perda de peso na ordem dos 13 a 15%, o que não é nada favorável a quem durante todo o ano tratou dos seus animais

em dias de vento e chuva, esperando obter um bom dinheiro da sua única fonte de receita.

A Transinsular não presta um serviço rápido e eficaz às Ilhas das Flores e do Corvo. Mas outro problema mais grave existe no Corvo; um comerciante de gado exportou animais da Ilha há mais de 3 anos e ainda deve cerca de quatro mil contos, repito cerca de quatro mil contos, uma quantia bem elevada e da qual muitas famílias aguardam com algum desânimo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O horário de Inverno que a SATA apresenta não é o mais favorável para a Ilha do Corvo. Em vez de Segundas e Quartas, seria mais favorável Segundas e Quintas. Assim facilitaria a ida e volta de alguém que por motivo de saúde ou outro, necessitasse de deslocar-se para outra Ilha.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hélio Pombo para pedir esclarecimentos. Pedia ao Sr. Deputado António Gomes o favor de o substituir na Mesa no lugar de Secretário.

(Neste momento o Deputado Hélio Pombo é substituído no lugar de Secretário da Mesa pelo Deputado António Gomes).

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Nunes:

Eu para usar da palavra tenho que recorrer à figura regimental de esclarecimento, porém ele não será directamente para si...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Pode ser para mim.

O Orador: Que eu saiba, o Sr. Deputado não tem grandes conhecimentos sobre a Ilha do Corvo e nem é membro do Governo. **Deputado Jorge Cabral (PSD):** Nunca se sabe.

O Orador: Esperemos bem que não.

Portanto, tal como referi, anteriormente, vou utilizar a figura de esclarecimento, para dizer que apesar de tudo concordo com aquilo que o Sr. Deputado diz, ou seja, também é minha preocupação a questão do transporte do gado. Realmente, não se entende que quase no final deste século e à entrada do ano 2000, se continue a exportar gado vivo nos Açores. Em nenhuma ilha isso deveria acontecer e ainda por cima na Ilha do Corvo, que é muito mais complicado.

O Sr. Deputado até diz que o transporte dos animais pode levar 12 dias para chegar **das Flores** - não é do Corvo - a Lisboa. É uma situação que não se entende. O gado perde entre 13 a 15%, aliás o Sr. Deputado sabe isso muito bem, o que é prejudicial para o Corvo. Alguns dos nossos colegas talvez não saibam, mas o Sr. Deputado já teve o cuidado de dizer e eu quero reforçar o facto de haver ainda famílias naquela ilha, cuja economia depende do dinheiro que recebem da exportação do gado. E, por exemplo, dever 4 mil contos na Ilha do Corvo, é muito grave.

No entanto, eu gostaria ainda de voltar mais atrás para referir que o transporte do gado é complicado. Porém, começa por ser complicado não só na Ilha das Flores mas também a partir da Ilha do Corvo. E cada vez que há uma saída de gado da Ilha do Corvo, os corvinos ficam com o "coração nas mãos".

Se o mar estiver mau no Corvo, o navio vai-se embora (das Flores) e pode acontecer que as centenas de cabeças de gado que estão para embarcar não embarquem, ficando retidas naquela ilha. E porquê?

Porque o Governo (do PSD) continua a não reparar nem aumentar o cais do Porto da Casa. E o Sr. Presidente do Governo disse numa reunião que teve com os Deputados daquela ilha e com o Sr. Presidente da Câmara, que as obras do porto começavam este verão. Eu não acreditei e a prova provada é que o verão já passou e as obras não começaram.

O Governo do PSD continua a não ligar importância à Ilha do Corvo. O Corvo é uma ilha pequena, tem que ser olhada com algum carinho e V. Exas. têm que perceber que aquelas 400 pessoas que ali estão, têm problemas graves e complicados, devido ao isolamento que continuam a ter. Isto não pode ser!

V. Exas. têm que reparar o porto entre outras obras importantes que têm que ser feitas no Corvo!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações para pedir esclarecimentos.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava apenas que o Sr. Deputado Hélio Pombo me recordasse, qual foi a conversa que nós tivemos, aquando da visita do Governo ao Corvo, sobre esta matéria?

Nós falámos sobre esta matéria no Corvo e gostaria que o Sr. Deputado me lembrasse, o que é que lá foi dito?

Presidente: Para responder, em querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lembro-me, lembro-me, Sr. Secretário! Só que eu já ouvi tantas vezes esta conversa dita de várias maneiras que, já tenho alguma dúvida de qual foi a última que ouvi.

(Risos do PSD)

O Sr. Secretário já conversou comigo e com outras pessoas na Ilha do Corvo sobre essa questão. O Sr. Presidente do Governo também o fez há vários anos. V. Exas. dizem todos a mesma coisa, só que não cumprem aquilo que dizem!

E eu digo-lhe o que é que se tem dito ao longo dos anos, Sr. Secretário. Deixe-me falar agora, por favor!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Não, não! Eu é que pedi o esclarecimento!

O Orador: E eu hei-de dá-lo da maneira que achar melhor!

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que deixasse o Sr. Deputado continuar.

O Orador: O Sr. Secretário está mais calmo?

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Estou calmíssimo. O Sr. é que está a "voar" muito alto!

O Orador: O que tem sido dito ao longo dos anos, é que V. Exas. não reparavam nem aumentavam o porto da Ilha do Corvo, sem fazer outras obras em conjunto. E usavam um argumento que era válido e que eu próprio entendia. Ou seja, quando se fizesse o porto das Flores, V. Exas. deslocavam as máquinas e outros materiais que fossem necessários para a reparação do porto do Corvo e fariam, inclusivé, outras obras que são necessárias naquela ilha, como por exemplo, arranjo de estradas etc..

Portanto, era nesse pressuposto que nós estávamos à espera que V. Exas. resolvessem o assunto. E foi isso que o Sr. Secretário e o Sr. Presidente do Governo, voltaram a dizer na última reunião que houve no Corvo.

Posto isto, v. Exas. andaram a dizer-nos "é mais um ano, são mais dois anos", porque sai muito caro levar máquinas ao Corvo só para arranjar o porto. Não o arranjam, as máquinas já começaram a sair da Ilha das Flores e , entretanto, V. Exas. não fizeram nem fazem nada no Corvo, como é costume.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): A culpa foi do Renato Moura que não deixou!

(Risos do PSD)

Presidente: O Sr. Secretário pretende usar a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): É para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Hélio Pombo:

Eu vou-lhe dizer uma coisa.

Aquilo que dissemos na altura em que estivemos de visita ao Corvo, mantém-se.

Aliás, não foi feita qualquer suspensão da adjudicação do Porto da Casa do Corvo ou melhor, o contrato mantém-se em vigor e se o empreiteiro está a desmobilizar máquinas, o problema é dele.

Portanto, o Sr. Deputado não pode de maneira nenhuma atribuir essa responsabilidade ao Governo, nem duvidar da palavra do Governo por via disso. Ou seja, se o empreiteiro está a desmobilizar, a responsabilidade é dele. Não há qualquer orientação do Governo nem minha, no sentido de desmobilizar as máquinas e se está a ser feita essa desmobilização é da exclusiva responsabilidade do empreiteiro e daí que terá que responder por via disso. Tal como V. Ex.a. sabe, existem mecanismos que, posteriormente, são activados para pedir a responsabilidade.

Agora, o que não posso fazer é impedir o empreiteiro de fazer qualquer movimentação de equipamento do Corvo para as Flores ou das Flores para o Corvo e nem vou andar atrás deles. Entretanto, uma coisa posso assegurar, é que a obra está adjudicada, ou seja, o Porto da Casa vai-se fazer, quer V. Ex.^a acredite ou não.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para mais esclarecimentos.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Não misture muito as Flores com o Corvo, porque estamos a falar só do Corvo.

O problema que V. Ex.^a possa ter com o empreiteiro pelo facto de levantar máquinas...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

O Orador: Deixe-me falar!

O problema é seu e do empreiteiro. Não tenho nada com isso e muito menos quero saber disso!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Esse problema existe. É meu e seu!

O Orador: O que eu quero, é que o Porto da Casa na Ilha do Corvo seja aumentado e reparado.

O Sr. Secretário tem que permitir que eu lhe diga isto:

Eu não estou duvidando da palavra do Sr. Secretário, mas sim da palavra do Governo inteiro! Não é só da sua, é de todos!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Estou duvidando da capacidade que o Sr. possa ter para dizer as coisas!

O Orador: Não! V. Ex.^a não duvide da minha capacidade auditiva nem daquilo que eu lhe possa dizer, porque sei o que é que estou a dizer! E se V. Ex.^a duvidar, o problema é seu ou melhor, isso é lá consigo!

Sr. Secretário:

V. Exas. andam a prometer há uma série de anos - 5 ou 6 anos - que vão arranjar o Porto do Corvo. Isto é uma situação que vem passando de ano para ano e V. Exas. não cumprem.

É isso que eu lhe tenho a dizer e é isso que fica aqui muito claro.

O Sr. Secretário tem que permitir que eu duvide da afirmação que V. Ex.^a faz, porque há seis anos que ando de boa fé a acreditar que V. Exas. iam fazer a obra do Corvo quando acabassem a das Flores. A obra das Flores está pronta e se calhar o empreiteiro vai se embora porque V. Exas. não tem dinheiro para lhe pagar, no entanto não tenho nada com isso e entretanto a obra do Corvo fica por fazer.

É isto que eu lhe estou a querer dizer, espero que haja retrocesso e que V. Exas. arranjem o Porto da Casa do Corvo, porque faz muita falta aos Corvinos.

Só como exemplo, é ver este problema que foi levantado pelo Sr. Deputado José Manuel Nunes sobre a gravidade do transporte do gado entre muitos outros, bem como ainda outras situações que acontecem na Ilha do Corvo devido à falta do porto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Esta matéria é importante no que diz respeito às duas ilhas do Grupo Ocidental, porque foram criadas muitas expectativas e hoje, infelizmente, muitos dos habitantes das Flores e do Corvo estão receosos de que vejam frustradas todas essas expectativas.

Foi já aqui dito que a empresa responsável pelo porto das Flores está a desmobilizar equipamento e pessoal. É uma realidade constatada desde há 3 meses.

Todos nós também nos recordamos que o Governo Regional, por várias vezes, afirmou da necessidade dos portos serem completados, bem como dos anexos aos mesmos serem feitos e, inclusivamente, foi aqui referido por várias vezes, da necessidade de aproveitar os equipamentos que estiveram nas Flores, para que os portos pesqueiros daquela ilha tivessem os reparos necessários e que se evitasse de continuarem a degradar-se como, infelizmente, tal acontece.

Sobre estas matérias, queria fazer algumas perguntas ao Governo e se possível agradecia que os Srs. Secretários aqui presentes, pudessem-me responder.

1.^a - Saber se as obras efectuadas pela empresa que está nas Flores a construir o porto de ilha, se têm sido pagas atempadamente pelo Governo Regional?

2.^a - Saber se mantêm os projectos relativos aos portos pesqueiros das Flores, que deveriam ser realizadas obras numa fase posterior à construção do porto das Flores, bem como ao da Ilha do Corvo?

Finalmente, gostaria de perguntar se os anexos ao Porto da Ilha das Flores vão ser realizados com celeridade ou se ainda vão demorar muito?

Mais concretamente, gostaria de saber o que é que se passa com o acesso àquele porto?

Também aqui foi referido...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar porque o seu tempo esta a esgotar-se.

O Orador: Muito rapidamente quero dizer que foi aqui referido o problema com a exportação de gado.

Eu gostaria de perguntar ao Governo, se considera que a empresa que está neste momento a fazer a ligação marítima com as Flores, se pode, impunemente, continuar a não cumprir as suas responsabilidades para com aquela ilha, bem como com os respectivos exportadores, facto que recentemente aconteceu?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Apenas e para encerrar este período de "ping-pong" entre o Sr. Deputado Hélio Pombo e eu próprio.

Devo-lhe dizer que sou sensível à sua ânsia como à ânsia de qualquer deputado relativamente a esta matéria.

Já tive oportunidade de o afirmar, mas garanto-lhe que não posso, de maneira nenhuma, impedir o empreiteiro de fazer a gestão do equipamento que muito bem quiser, dentro daquilo que são os compromissos que tem connosco. Ele tem vários contratos a decorrer aqui na Região e é possível que lhe seja preferível fazer, ou melhor, não sei se é ou se não é, porque não lhe perguntei concretamente. Não tenho quaisquer elementos sobre esta matéria e se lhe é preferível numa altura em que ele não pode mobilizar o equipamento para o Corvo e se é necessário noutra obra e por isso faça qualquer movimentação do equipamento.

Devo dizer que ter o equipamento mobilizado no Porto das Flores à espera para ir iniciar-se as obras do Corvo custa mais de 100 mil, isto é, só a mobilização do equipamento, facto esse que tenho quantificado.

Mas, evidentemente que o empreiteiro poderá fazer a gestão do equipamento que melhor lhe aprover neste período de baixa, porque não se pode mobilizar nada para o Corvo até Maio do próximo ano, tal como V. Ex.^a sabe muito bem.

Na verdade, a nossa posição mantém-se e é com a determinação de se fazer a obra do Corvo, como não podia deixar de ser. Aliás, não há outra posição e é esta que o Governo mantém e como tal vai-se fazer. É evidente que eu percebo as preocupações do Sr. Deputado, aceito-as, mas também não posso de maneira nenhuma, é ficar naquela posição de, permanentemente, duvidar das intenções do Governo sobre esta matéria.

Sr. Deputado:

Relativamente à rampa de acesso ao porto, é evidente que o Porto das Flores ficaria incompleto se não fosse feito o acesso, convenientemente, ao porto e, por isso mesmo, ele vai fazer-se. Numa primeira fase e dada as insuficiências financeiras, tínhamos dúvidas se podíamos arrancar com esta obra, todavia, as orientações estão dadas para que a obra...

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: Certamente que responderei às questões num minuto, Sr. Presidente.

Portanto, as orientações estão dadas e são no sentido de se efectuar o acesso até ao final do ano de 1993.

Quanto ao transporte do gado, é natural que há responsabilidades das empresas que actuam. Os mecanismos que nós dispomos de obrigação não são eficazes e tendo em conta que as empresas funcionam ao abrigo da lei da concorrência, daí que se procurou uma solução e por insistência e participação do Sr. Deputado Gomes, que chamou a atenção para este facto, encontrou-se uma solução para a saída do gado das Flores através de uma alternativa. Como é óbvio, nós temos que nos socorrer a estes meios alternativos, quando os meios regulares não satisfazem convenientemente. No entanto, temos é que prever com antecedência estas situações e caso se consiga, certamente, que nós podê-las-emos resolver com maior antecedência.

Uma outra coisa que já agora convinha que também ficasse aqui registado na Câmara e para que não parecesse que alguém deve os 4 mil contos. Evidentemente, que quem deve os 4 mil contos de gado foi quem o comprou na Ilha das Flores, daí que não tem nada a ver com a entidade pública ou com o Governo. Efectivamente, há uma dívida nas Flores, como há no Corvo, como há nas outras ilhas de comerciantes que não pagaram e não honraram os seus compromissos.

Por isso, aqui fica registado o protesto pelo aproveitamento desta gente, mas não pode ser imputado que esta dívida é uma dívida do sector público ou do Governo aos produtores da Ilha das Flores.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: São milhões, mas vão ser pagos! E a Câmara também deve alguns milhares!

Deputado Mário Machado (PS): Não sou eu!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Fevereiro do corrente ano os deputados do Partido Socialista eleitos por Santa Maria requereram informações sobre as dívidas que poderiam existir por parte do Governo Regional à Firma Frias, Lda, tendo inclusivé a questão sido abordada na RTP num dos seus noticiários.

Nessa altura o Senhor Secretário Regional Natalino Viveiros dizia que nada de especial se passava, que o Governo não devia nada de extraordinário ao empreiteiro, que achava que a oposição não deveria acreditar em boatos, etc, etc.

Em Junho os signatários do requerimento atrás referido, recebem por parte do Secretario Regional informação de que a dívida à Firma Frias era de 131 mil contos aproximadamente e que tinham sido já efectuados pagamentos na ordem dos 124 mil. Hoje as dívidas, segundo informações de um responsável da Frias, Lda rondam os 280 mil contos.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Isso é contra-informação!

O Orador: A situação actual é diferente e só veio confirmar as nossas suspeitas, pois acontece que a referida empresa parou a obra, tendo despedido todos os seus trabalhadores. E isto porquê? Porque o Governo não cumpriu com os seus compromissos financeiros.

Mas a situação não se fica por aqui, pois a empresa por sua vez também não pagou a algumas pequenas empresas locais que lutam com sérias dificuldades para poderem sobreviver. Afinal a oposição tinha razão.

Temos por diversas vezes e de formas diferentes chamado a atenção para a necessidade que há, de no mais curto espaço de tempo, se resolveram os problemas financeiras da Região, tendo em conta que é necessário e urgente estabilizar a sua economia.

A paralização dos trabalhos nos Centros de Saúde, nas obras em estradas e noutras obras, fazem com que uma grande quantidade de trabalhadores se encontrem hoje no desemprego, causando graves transtornos aos seus agregados familiares.

O perigo de ficarmos com uma Região cada vez mais pobre e por conseguinte com maiores problemas sociais do que aqueles que já existem, leva-nos a chamar a atenção para este grave problema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque é muito importante para Santa Maria em particular e para a Região também, não poderia de modo algum de levantar aqui nesta Câmara, novamente, a questão que se prende com a transferência do Centro de Controle Oceânico para Lisboa e também da permanência da TMA na Ilha de Santa Maria. Dir-me-ão certamente que o Governo está empenhado, mas os marienses estão como Tomé "ver para crer" e até ao momento nada foi feito e já se diz que a decisão será tomada depois das eleições autárquicas. Verdade ou mentira?

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: A informação foi da mesma pessoa que disse dos 280 mil contos e que se calhar ia parar com a obra . Acontece é que já abandonou.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os que vivem naquela ilha ainda não nos esquecemos do que aqui há anos aconteceu, também disseram (Dr. Mota Amaral e o seu Governo) que não se iria concretizar a transferência da Placa Giratória para a Terceira e no entanto isto aconteceu, originando a saída de trabalhadores da ilha, além dos serviços relacionados com o Aeroporto não terem continuado a fazer as admissões de trabalhadores como era usual.

A título de exemplo, só por parte da Direcção Geral dos Aeroportos saíram dos seus quadros 147 pessoas, tendo também a SATA reduzido os seus trabalhadores na ordem dos 50%.

O Governo Regional foi com promessas tentando iludir os marienses que desde então lhe retiraram a confiança. Infelizmente até agora os responsáveis pela governação regional não souberam nem foram capazes de encontrar o caminho certo para que o desenvolvimento sócio-económico de Santa Maria se tornasse numa realidade e não numa promessa constante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora que se confirma que o NAV II será implementado em Lisboa e que com ele pelo menos 50% dos seus trabalhadores quer da Navegação Aérea quer da Direcção Geral dos Aeroportos possivelmente irão abandonar a ilha, o que é que aqueles que

passaram a sua vida em Santa Maria, que construíram lá as suas habitações e agora se vêm, possivelmente, obrigados a vendê-las muito mais baratas o que deverão fazer? A quem pedir contas? Ao Governo Regional, porque não actuou atempadamente e ao Governo Central, porque continua a votar ao abandono os lugares que tem menos votos.

Secretário Regional de Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): E a Câmara Municipal!

O Orador: Descentralização?

A Câmara não tem responsabilidades nestas áreas que estou a referir.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

O Orador: Está bem! Tem e lutou bastante...

Presidente: Sr. Deputado e Sr. Secretário, agradecia que não estabelecessem diálogo.

O Orador: Eu depois já lhe respondo!

Descentralização? - Pode pôr a questão e depois eu já lhe respondo.

Descentralização? Onde é que ela está? Quando a encontrarem era bom que dissessem às ilhas mais pequenas onde é que ela está, porque as ilhas mais pequenas o que vêm infelizmente é que a transferência de serviços e de pessoas para as ilhas maiores.

É inacreditável como os nossos governantes conseguem sem pejo nenhum, pôr em causa a sobrevivência das pessoas que vivem naquelas ilhas.

Até parece que vêm o desenvolvimento que deve ter uma ilha pelo número de habitantes e esquecem-se que vivem ali seres humanos, iguais aos das ilhas maiores e **que são portugueses e açorianos.**

Mas, o mais incompreensível é o facto de o Governo Regional não ter ainda reagido às notícias vindas a público de que em 1995 o Centro de Controle, **hoje situado**, em Santa Maria, iria para Lisboa. Não disse nada, mesmo nada. Já estaria tudo combinado? E o NAV II e a TMA poderão vir a servir de moeda de troca para a construção da Aerogare de S. Miguel?

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): E nós vamos para o NAV III!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que falta agora é que o Governo Regional, não faça nada, ou seja, que não pugne pela permanência da TMA na Ilha de Santa Maria. Se não o fizer, corre-se o risco desta ficar praticamente desabitada e logicamente a sua sobrevivência será posta em causa. Mas tem sido tão benévola a posição do Governo Regional relativamente a esta última questão, que só vamos acreditar quando virmos o início das obras, pois "gato escaldado de água fria tem medo". O Governo Regional, infelizmente, não deu alternativas, e que criou, serviu outras ilhas, que não aquela que tem sido sistematicamente prejudicada. É chegada a hora do Governo pagar a dívida que tem para com Santa Maria e os marienses só se sentirão minimamente recompensados, se forem criadas as condições para que os jovens e aqueles que lá estão, tenham possibilidades de viver na ilha. **É necessário no nosso entender que se promova um encontro com o Governo Central a fim de encontrar contrapartidas pelo facto do NAV II não ser implementado na Ilha de Santa Maria.**

Mas o processo de destruição e abandono a que a ilha foi votada, teve outras fases, entre as quais se salienta a construção do Porto, que mal localizado, pequeno e pouco seguro para as intempéries que habitualmente acontecem, não tem servido para apoio a uma infraestrutura que foi criada para ser alternativa à retirada dos voos comerciais: A Zona Franca.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas sem dúvida, o grande golpe para enganar os açorianos foi quando o Governo Regional, criou a Zona Franca. Na altura os habitantes de Santa Maria acreditaram no projecto, mas o Governo sabia de antemão que o que estava a ser criado era para servir outros, que não os marienses. **Em 1987, com a criação das subzonas isto ficou provado.**

Em Dezembro do ano transacto o Exmo. Sr. Secretário Regional, Dr. Gualter Furtado, afirmava aqui nesta Câmara que, iria promover os estudos tendentes a averiguar todo o processo, relativo à Zona Franca de Santa Maria. Pois bem, os estudos já estão completos? E o que foi feito do acordo com a Zona Franca de

Manaus? Quais os resultados? E o OFF SHORE? Está ou não implementado? Serve quem? Esteve ao dispor da empresa concessionária; ou esteve sempre...

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

O Orador: Olhe, desculpa mas eu não sou da Câmara. Eu estou aqui no Parlamento e estou pondo uma questão ao governo.

Quando eu quiser perguntar...

Presidente. Sr. Deputado e Srs. Secretários Regionais, agradeça que não estabelecessem o diálogo.

O Orador: Eu respondo-lhe a seguir, Sr. Secretário.

Já está implementado? Serve quem? Ou esteve sempre na gaveta do anterior Secretário? É que eu já ouvi dizer que não foi dada à empresa que tinha a concessão a possibilidades de explorar o OFF-SHORE. Pelos vistos nada resultou e isto entristece-nos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao abrigo do Decreto que foi revogado houve empresas com a maioria de capital público e não só, como a SOGEO, Hortência, Imaçor, Edimecânica, Carreiro e Court, Interven, Microaçor, Exisimar, etc, que usufruíram das regalias previstas no dito Decreto, além de terem recebido apoios importantes por intermédio do programa SIBR, não se sabendo se as empresas criaram os postos de trabalho que prometeram quando foram beneficiados com o apoio do subsídio atrás referido.

Se ainda não receberam o subsídio o problema ainda é outro.

Ainda em relação a regalias emolumentares é necessário que se saiba que elas são ilegais e que não basta ao Ministério da Justiça informar por um lado que não existe base legal para a atribuição da isenção emolumentar referidas a actos praticados na Zona Franca de Santa Maria e que a existência das mesmas implicam a feitura de diploma legal que fundamente a respectiva atribuição e que por outro lado aconselhe que actualmente não se proceda à rectificação das contas. É preciso que os Órgãos competentes actuem em ordem a clarificar todas as situações, caso contrário é caso para perguntar: Que justiça temos neste país?

Essas verbas anteriormente referidas se tivessem sido aplicadas na Zona Franca de Santa Maria, teriam ajudado de modo significativo, tanto na construção do edifício para a Alfândega e Guarda Fiscal, que não está ainda pago na totalidade, como na instalação de energia eléctrica e de telefones que julgo que ainda não possui, além de servir para pagar os honorários à funcionária que trabalha em Santa Maria e que não os recebe desde Abril deste ano. Mas, se o Governo quer na realidade, fazer da Zona Franca um dos pólos de desenvolvimento da ilha e da Região, terá que assumir uma postura de liderança em todo este processo, de que sempre quis fugir, tentando por vezes culpar as empresas privadas e a Câmara Municipal, pelo fracasso do investimento.

Agora que a ZOFRAM pretende vender as suas acções e diz que se não conseguir os seus intentos, única e simplesmente vai propor a dissolução da ZOFRAM, o que vai fazer o Governo Regional? Esta posição assumida pela empresa vem pôr em causa a existência da Zona Franca, a não ser que o Governo encontre soluções credíveis para que a sua implementação seja uma realidade em Santa Maria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque temos dúvida a pergunta impõe-se:

Em que é que vamos ficar? O Governo vai acabar definitivamente com a Zona Franca e com aquilo que tem ano após ano prometido, que seria a sua real implementação? É urgente que os marienses saibam o que lhes vai acontecer. Se o Governo não tomar uma decisão que venha alterar a actual situação é só mais uma demonstração da ineficácia deste Governo, que eleito pela maioria do Povo Açoriano, não tem sabido, no nosso entender, conduzir a barco a bom porto, como prometeu, o Senhor Presidente do Governo, demonstrando assim não ser um bom timoneiro.

Enquanto que na Zona Franca da Madeira a empresa que gere aquele espaço franco, expulsa pelo não cumprimento do estipulado nos regulamentos uma empresa, nós aqui assistimos a uma tentativa de fuga e abandono da empresa que é responsável pela gerência da Zona Franca de Santa Maria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os marienses sempre estiveram disponíveis para colaborar e participar quando lhes foi solicitado, e a prova, foi o que aconteceu com a Câmara Municipal de Vila do

Porto, que apesar de não ter grande capacidade financeira, foi a entidade que em primeiro lugar entregou a sua quota parte, tendo inclusive de efectuar um empréstimo à banca para que tal viesse a acontecer.

Agora a situação é caricata pois o que nesse momento se passa é que a Câmara Municipal que tem 5% do capital e recebeu, no dia 28 de Junho, uma proposta de doação ou **venda em saldo** das acções da Tertil, o que quer dizer que se a autarquia vier a aceitar este enorme "presente" - no meu entender envenenado - ficará sendo o sócio maioritário. E que garantias dará o Governo Regional, para que seja possível o arranque real da Zona Franca? Ou será que esta posição assumida pela ZOFRAM é uma tentativa de se livrar de responsabilidades? Qual é o entendimento sobre tudo isto que tem o Governo Regional? Não seria mais certo ser o IIPA a ficar com acções da Tertil?

É urgente que seja clarificado se o Governo assume ou não a responsabilidade da aquisição das acções atrás referidas, uma vez que a responsabilidade da não implementação da Zona Franca é sua e do Conselho da Administração da empresa que a gere.

O Governo Regional tem de dar a cara definitivamente no que respeita a este assunto e os políticos do PSD têm que a encarar, como uma necessidade para a Ilha de Santa Maria.

Esperamos que esta fase desastrosa tenha acabado, e oxalá que o 2.º capítulo seja diferente, pois não se pode brincar mais às Zonas Francas.

Disse.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Pois é, os marienses têm é que acreditar. Enquanto não acreditarem ela não vai!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado José Maria Bairos pretende a palavra com que finalidade?

Deputado José Maria Bairos (PSD): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ouvi com alguma atenção a intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves, o que não me deixou surpreso, visto que é uma cópia das anteriores que têm sido feitas nesta Assembleia.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Não é bem!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Levou uns pequenos retoques!

O Orador: São sempre os mesmos assuntos e tendo em conta que se está a aproximar um período eleitoral, até consigo compreender. Inclusivamente, volta-se de novo com a política aérea.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Está dando instruções para a resposta!

Vou pegar aqui nalguns assuntos e tentar esclarecer algumas situações.

No caso da Firma Frias, os números que me foram fornecidos, - e por escrito - foram os primeiros que apresentou e os que foram apresentados pela Frias, veio-se a confirmar que não eram reais.

Quando fala em despedimentos, a Firma Frias tinha um contrato com trabalhadores locais que acabava no Mês de Agosto e por isso aproveitou esta altura para dar férias aos seus trabalhadores do continente, os quais foram todos para lá.

A obra vai arrancar em breve e todo o asfaltamento daquelas estradas vai ser terminado, o que neste momento já apresenta boas condições, ou seja, muito melhores comparando com o seu estado anterior, daí que vão continuar.

Portanto, algumas das informações que por vezes a Frias transmitia não correspondia à realidade. Não há dúvida nenhuma, que aqui há um problema que se põe e que tem que ser equacionado, ou seja, as dívidas desta empresa aos locais de Santa Maria. No entanto, isto é um problema que tem que ser colocado à Firma Frias e como tal é quem tem que liquidar as contas.

Em relação à questão da TMA, eu fico um bocado surpreso quando aqui diz que nada tem sido feito, porque de facto a comunicação social e eu como deputado tenho recebido respostas do Conselho de Gerência da ANA, EP, - e algumas chegaram ao seu poder, porque fiz com que chegassem lá, bem como à Câmara Municipal de Vila do Porto - onde é afirmado que não há qualquer alteração na localização da TMA. Inclusivamente, é o próprio Ministério que toma esta posição e na altura em que se falou muito sobre este processo, os próprios responsáveis afirmam que não há alterações.

Presidente: O Sr. Deputado dispões de mais um minuto.

O Orador: V. Ex.^a diz que desconfia desta posição. Apenas lhe digo que isso é uma questão pessoal e que neste momento não podemos resolvê-la, porque vai ficar sempre com essa mesma desconfiança.

No que diz respeito ao porto, eu só lhe fazia uma pergunta:

Quantas vezes V. Exa., enquanto Presidente da Câmara e agora como Deputado, já pôs o Porto de Vila do Porto no chão?

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Já pôs muitas! Ele continua lá e continua a exercer o serviço para o qual foi construído. Nunca se ouviu falar que nenhum navio não tivesse ido descarregar a Santa Maria. Os transportes estão regularizados, não há falhas nenhuma na ilha, nunca mais houve ruptura de stocks, nem de gás, nem de farinha, nem leite, ou seja, dos bens essenciais e todos os 15 em 15 dias vai lá o barco que faz a ligação com o continente e durante a semana vão 2, 3 vezes outros barcos que fazem o abastecimento à Ilha de Santa Maria a partir de São Miguel.

Acho que já é altura de assumir que o porto já está construído e servindo para aquilo que foi construído, embora continue a pô-lo no chão, ele continua em pé, felizmente.

Deputado Rui Melo (PSD): Vai haver um dia que vai acertar, não é?!

O Orador: Quanto ao problema que levantou aí sobre a desmotivação,...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia...

O Orador: ...da falta de crédito, da falta de confiança dos marienses, eu ia pôr aqui algumas considerações...

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que procurasse terminar porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Vou já acabar, Sr. Presidente.

Diversas iniciativas que neste momento ia enumerá-las todas, mas provavelmente terei oportunidade de enunciá-las noutra altura.

Tudo isto indica que no termo da hotelaria, da habitação e do comércio, o investidor mariense continua a acreditar na Ilha de Santa Maria e por isso continua a investir ao contrário daquela mensagem que a oposição dá constantemente de que Santa Maria é uma ilha sem futuro.

Eles continuam a acreditar e a investir, embora levam constantemente com um discurso desmotivador para assim realizarem o seu investimento.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra para dar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado José Humberto Chaves referiu-se aqui às contas dos projectos que estão em curso da recuperação das estradas marienses.

Eu, apenas, não vou citar aqui ou melhor não vou fazer propaganda das empresas que estão a trabalhar lá, no entanto já o fez.

Eu devo dizer que o total facturado até agora da obra da recuperação das estradas de Santa Maria, ascende a 400 mil contos e deste total facturado 230 mil estão pagos, 185 mil dos quais este ano e estão para pagar 170 mil contos que também já foram facturados este ano.

Portanto, esta obra até tem um nível de pagamento razoável comparativamente com outras obras e evidentemente que vamos satisfazer o restante dos compromissos de

modo a que a obra possa arrancar. Mas, fica bem frisado, que só este ano já foram recebidos 185 mil contos por conta da facturação de 230 mil.

Relativamente, à questão que o Sr. Deputado José Humberto Chaves, coloca quanto às actividades da ANA. Bom, o Sr. Deputado sabe tão bem como nós e porque já fez várias diligências na sua encarnação de Presidente da Câmara,...

(Risos do Deputado Jorge Cabral)

...fez várias incursões à ANA, fez até várias incursões ao Governo da República quando o Governo era aparentado com o Partido Socialista e nem sequer esta questão obteve uma decisão que todos nós gostaríamos que fosse de clarificação.

Portanto, a decisão mantém-se exactamente como estava naquela altura. Evidentemente, que temos feito todas as diligências e vamos continuar a fazê-las. É aquilo que nós podemos fazer, ou seja, podemos continuar a exercer uma influência no sentido de que o Centro de Controle da TMA não saia de Santa Maria, na medida em que são instrumentos indispensáveis à Ilha de Santa Maria e à Região. Nós todos temos que apostar nisto, tal como V. Ex.^a.

Por isso, em vez de estarmos aqui a fazer um discurso miserabilista e a dizer que fulano é culpado ou beltrano não é culpado, eu acho que o que devíamos fazer, era todos puxarem para o mesmo lado e dizer que é indispensável desenvolver todos os esforços junto das entidades oficiais e mesmo junto das pessoas que tem capacidade de decisão, - e que são nossas conhecidas e até muitas vezes amigas - para tentarem pela positiva ultrapassar este problema e fazê-las ver que é indispensável manter esta estrutura aqui, como o Governo da Região está de facto apostado nisto e certamente todos os marienses.

Quanto à observação feita pelo Sr. Deputado e de facto até maldosamente feita e que não pode passar em claro de que estamos aqui a tentar negociar - se calhar - a TMA e o NAV II por outras obras que a ANA leve acabo.

Sr. Deputado, eu apenas lhe recomendo uma coisa.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: Sim senhor, Sr. Presidente, eu vou já terminar.

Nós de facto fizemos um acordo com a ANA, EP relativamente à Aerogare de Ponta Delgada e relacionado ao projecto de águas pluviais, que é preciso executar junto à freguesia dos Arrifes e que tem ligações directas com o aeroporto.

Mas, nós fizémo-lo e está expressamente feito este acordo numa resolução e num protocolo que vai ser publicado e que eu até lhe posso fornecer onde estão seguidos todos os passos. O que fizemos, tão pouco, foi aproveitar os fundos comunitários para apoiar este projecto que está a ser realizado com grande benefício para toda a Região e em contrapartida a ANA assume os custos do projecto de drenagem de águas que competia à Região, poupando assim, cerca de 285 mil contos ou melhor quase 300 mil contos nesta obra que estava a seu cargo, ou seja, foi este, tão só, o acordo que se fez e que é um bom acordo para a Região e certamente que todos ficarão a lucrar.

Portanto, não vale a pena confundir as coisas, porque nós não vamos negociar uma coisa pela outra, tendo em conta que não nos vendemos. Porque se fosse para negociar isso, há muito tempo que já tinha sido feito.

Com isto, quero dizer que não cedemos nesta posição. O que faremos e negociaremos sempre que for necessário e possível, mas sempre com troca de projectos que sirvam sobretudo a Região e nunca em que a Região ficasse a perder.

É bom que isto fique assente, que é para não voltarmos à questão daqui a dias, com o mesmo discurso e apenas com alterações em vírgulas.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os assuntos que eu aqui trouxe, realmente já os trouxe noutra altura. No entanto, só os trago aqui, a esta Câmara porque julgo ser este o lugar onde tenho possibilidades de dizer e levantar os problemas de Santa Maria. Se eles não estão resolvidos, pois o que eu tenho que fazer, é continuar a insistir para que os mesmos sejam resolvidos. Por isso, contem comigo porque não vou desarmar.

Quando disse que não havia reacção por parte do Governo, foi em relação ao NAV II e não à TMA.

Quanto ao porto não há dúvida nenhuma, pelo menos, é o que se tem dito ou melhor é o que dizem os investidores, bem como a empresa concessionária de que o porto também condicionava a zona franca.

Portanto, era um porto demasiadamente pequeno para a zona franca e foi isso que eu disse. No entanto, há diversas declarações de responsáveis em que afirmam o mesmo, daí que também tenha dito o mesmo.

Se o porto não está assim tão mau, - se está seguro e não sei mais o quê - não percebo porque é que o Governo Regional mandou elaborar um projecto, - na altura em que esteve cá o Sr. Primeiro Ministro - em que o Sr. Presidente do Governo informou que a obra custaria 1200 000 mil contos. Se não havia problema nenhum com o porto, porque é que se manda elaborar um projecto e se mostra ao Sr. Primeiro Ministro um mapa do porto?

Então, não havia razões para se fazer um projecto se está assim tão seguro e para acrescentar. a pior coisa que pode acontecer para Santa Maria, neste momento, é o porto cair. O que não queremos é que o porto caia, mas sim que o mesmo seja reparado e reforçado naquilo que for necessário.

Em relação às estradas, eu tenho aqui um ofício que contradiz precisamente isto.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Eu vou lê-lo e foi assinado por um responsável da Firma Frias que diz o seguinte:

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso é publicidade!

O Orador: Não é publicidade, é uma verdade!

Deixem-me dizer!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: "Em virtude do adjudicatário da empreitada - Pavimentação em Estradas Regionais em Santa Maria/Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas não estar a cumprir com as condições de pagamento da referida empreitada, obriga-nos - não diz que vão passar férias - a suspender os trabalhos em que V. Ex.^a colaborava a partir do dia 1 de Setembro de 1993.

Assim ,comunicamos pela presente e pelo motivo atrás citado, a cessação do contrato de trabalho a termo certo celebrado com esta empresa".

Não há mais nada para dizer e quando se faz uma pergunta, o que se pede deste lado é que haja a resposta. Se V. Exas. derem as respostas, é apenas isso que nós queremos saber. Nós estamos aqui para inquirir, para perguntar ao Governo e aos seus responsáveis do que é que se passa nesta Região. Daí que tenha feito as perguntas que fiz e hei-de continuar, porque julgo que Santa Maria merece isto e muito mais.

Deputado Hélio Pombo (PS): Umas férias esquisitas!

Presidente: Srs. Deputados, nós estamos a 5 minutos de atingirmos o período regimental da hora e meia que nos é concedido para o tratamento destes assuntos.

Portanto, eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Maria Bairos, entretanto o Sr. Secretário também pede a palavra. De maneira que temos 5 minutos, a menos que alguém requeira o prolongamento deste período.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou simplesmente pegar aqui em duas questões, tendo em conta que da última vez que intervim elas não puderam ser abordadas e como tal pretendo que se esclareça mais alguns pontos.

Quando diz que a concessionária é que dizia que o porto não prestava, aí de facto fico admirado, porque esta verdade da concessionária e neste caso eles falam verdade, tendo em conta a sua óptica.

Noutras situações em que eles levantavam outros problemas e quando o resultado era contra o Governo, aí já não tinham razão. Como vêem a questão é esta.

Sobre o porto e na óptica da pessoa que falou, não quer dizer que este não sirva. Isto é a opinião de uma pessoa, no entanto, não pode é tomar a opinião desta como se de uma verdade fosse, porque quem fez esta afirmação não é entendida neste assunto, por forma a poder fazer afirmações desta natureza. Tendo em conta que lá tiveram - e que V. Ex.^a acompanhou na altura, porque era responsável da autarquia - outros investidores nenhum deles pôs a questão do porto em causa e em termos de investimento já sabiam o que é que queriam.

Quanto à Frias, V. Ex.^a leu uma carta, no entanto não me garante que a Frias está falando verdade.

O que de facto a Frias tem tentado através das diversas respostas que tem dado a alguns dos fornecedores e durante um período relativo a 1992, em que os pagamentos estavam em dia, esta por sua vez não pagava aos fornecedores e continuava a dizer que os pagamentos estavam em atraso, porque assim era a forma de atirar as culpas para cima dos outros.

Portanto, esta carta de facto não vem provar que seja verdade aquilo que eles escreveram, visto que esta situação já foi repetida noutras alturas e tal como o Sr. Secretário já respondeu, a solução não é esta neste momento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes, Comunicações (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas duas questões:

A primeira refere-se ao Porto de Vila do Porto. Evidentemente que qualquer porto, como o Sr. Deputado sabe, precisa de conservação, de reforços e é o que vai acontecer agora mesmo no Porto da Horta. Ou seja, vamos proceder ao reforço do molhe do Porto da Horta e como tal sabemos perfeitamente que se se faz um reforço, é porque o molhe precisa do mesmo. Como amanhã, com certeza que será necessário fazer o reforço do molhe do Porto de Santa Maria e far-se-á. Foi preciso fazer o reforço do molhe de Ponta Delgada e fez-se. É preciso fazer o reforço do molhe da Graciosa certamente far-se-á e assim sucessivamente.

Portanto, não há que entrar em dramatismos por via disso visto que o projecto está pronto. Tanto está pronto para Santa Maria, como está pronto para a Graciosa, bem como está pronto para o Faial.

Agora, o que temos que fazer em relação ao Porto de Vila do Porto, que sempre teve problemas estruturais desde o seu início o que temos feito e vamos continuar a fazer, é uma observação minuciosa para podermos aquilatar...

(Aparte inaudível do Deputado José Humberto Chaves)

O Orador: Posso continuar?!

O que vamos fazer, é de facto uma permanente fiscalização das condições do porto para assim podermos intervir o mais rapidamente possível, isto se de repente houver necessidade.

O projecto já estava realizado aquando da visita do Sr. Primeiro Ministro, porque prevíamos a antecipação de determinados recursos financeiros e por isso mesmo se os tivéssemos, até faríamos a obra mais rapidamente.

De qualquer forma e relativamente à questão que o Sr. Deputado coloca, quanto à autorização da utilização do porto no projecto da Zona Franca, eu apenas faço uma exclamação relativamente a isso.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe mais um minuto.

O Orador: Sim senhor.

Como o Sr. Deputado sabe a Zona Franca foi toda ela construída para valorizar o potencial que existia disponível do aeroporto de Santa Maria, sem na altura pensar-se no porto, ou seja, a grande base de sustentação da Zona Franca é o aeroporto e não o porto.

Portanto, não se vá dizer agora que a Zona Franca não teve o êxito, porque o porto não tem as dimensões que a empresa encarregue de a promover entendia que devia ter. Por isso mesmo, vamos pôr as coisas no seu devido lugar.

Quanto à questão da obra, evidentemente que a mesma vai ser retomada e se porventura a empresa retomar a obra em causa, vai deparar-se com trabalhos que já estão feitos, daí que não vai necessitar de tanta mão-de-obra como tinha ao seu serviço até então, ou seja, ela até pode disponibilizar mão-de-obra que tinha, porque há determinados trabalhos de campo que já foram realizados e não é o dono da obra que vai ser responsável por via disso.

Portanto, é bom que tenhamos isso em conta e nem sequer vamos aqui discutir a gestão desta obra, porque isso compete ao empreiteiro, bem como também é responsável pela mesma.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado José Humberto Chaves, no entanto tem apenas mais um minuto e meio.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao porto, eu gostaria de chamar a atenção que o mesmo tem que ser considerado uma peça fundamental para o desenvolvimento da Zona Franca, porque como é que se pode chegar com materiais pesados à Zona Franca se se não tiver um porto em condições? Como é que se pode instalar - por exemplo, na altura falava-se, não sei como é que isso está - unidades maiores sem haver um porto em condições? Na altura a empresa concessionária disse isto por diversas vezes, ou seja, que uma das condicionantes era o porto e os transportes marítimos. Como vêem foi dito. Ainda em relação às estradas, eu não sei se a empresa é mentirosa ou não? Eu tenho aqui...

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): Eu não chamei mentirosa!

O Orador: Não, não! O Sr. Deputado José Maria é que disse!

Portanto, se é ou se não é não sei, mas ainda vou tentar saber...

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): Cada um tem a sua verdade!

O Orador: Este documento que eu tenho aqui é verdade e se quiser posso-lhe arranjar uma fotocópia.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim do Período de Antes da Ordem do Dia, por isso vamos passar ao Período da Ordem do Dia com a apreciação da agenda que ontem foi anunciada.

O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos para hoje é a apreciação de um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Atribuição de Incentivos para deslocação e fixação de Professores na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros".

Está aberta a discussão na generalidade sobre este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Rosa Machado.

Deputada Rosa Machado (*PSD*): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD vai aprovar favoravelmente o Projecto de Decreto Legislativo Regional "Atribuição de Incentivos para deslocação e fixação de Professores na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros"

porque na Região já existem esses incentivos para com concelhos com as mesmas características de acessibilidade e interioridade do Concelho da Povoação não se justificava que a referida escola agora de ensino oficial ficasse excluída daquelas regalias.

No entanto, apesar da atribuição dos incentivos de implementação e fixação dos docentes em diversas zonas da Região Autónoma dos Açores ainda existem grandes diferenças entre as várias escolas da Região.

O Grupo Parlamentar do PSD reafirma o seu empenho na necessidade de se encontrar soluções concretas para que em todas as escolas dos Açores professores e alunos tenham o mesmo ensino e iguais oportunidades.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após uma luta de anos de várias instituições, personalidades e população em geral do Concelho da Povoação, foi criada a 26 de Setembro de 1992 pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 39/92/A, para entrar em funcionamento no ano lectivo de 92/93, a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos (E B- 2,3) de Maria Isabel Carmo Medeiros.

Viam assim os Povoacenses satisfeita uma velha aspiração que, após um ano de actividade, já começa a dar os seus frutos.

Contudo e porque o Governo Regional através das Secretarias Regionais da Educação e Cultura e Finanças e Planeamento, levou algum tempo a mais para elaborar as transferências de verbas de um departamento para outro, os funcionários, quando passaram para a responsabilidade pública, receberam os seus salários com atraso, situação que já se encontra ultrapassada.

Com a oficialização desta escola passaram os micalenses a ter todos os concelhos com o ensino oficial público, universal e gratuito.

Face a esta situação era necessário tornar aplicável àquela escola e aos seus funcionários os direitos e regalias de outras escolas ou concelhos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS, em 23 de Março do corrente ano, apresentou nesta Assembleia um Projecto de Decreto Legislativo Regional visando tornar

aplicáveis aos docentes daquela escola "os diplomas que criaram incentivos para a deslocação e fixação de docentes que exercem funções nos estabelecimentos de ensino das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Concelho de Nordeste".

De acordo com as normas estatutárias e regimentais foram pedidos pareceres ao Sindicato dos Professores da Região Açores e ao Sindicato Democrático de Professores dos Açores tendo-se pronunciado apenas o Sindicato dos Professores da Região Açores. Igualmente se pediu a opinião da Secretaria Regional da Educação e Cultura que em 23 de Agosto responde, propondo uma alteração de redacção e, afirmando que "o projecto, tal como foi apresentado, é demasiado direccionado ou individualizado o que retira mérito à iniciativa, por circunscrever a norma".

Enquanto primeiro subscritor do projecto não posso deixar de mandar um "recado" ao Senhor Chefe de Gabinete e ao Senhor Secretário aqui presente, que é o seguinte: o projecto tem de ser circunscrito apenas e somente aquela escola porque o Senhor Secretário não conseguiu nem vai conseguir durante o presente mandato construir e incluir na rede escolar dos 2º e 3º ciclos do ensino básico qualquer escola em São Miguel.

Os Senhores Governantes já meteram na gaveta os projectos das Escolas Secundária da Lagoa e Preparatória da Maia. E o que é muito mais grave, compraram os terrenos na Maia (onde neles as vacas continuam a pastar), elaboraram o projecto por 30.000 contos que apresentaram aos autarcas daquela zona, aos professores, à população em acto público, contando com a presença dos Senhores Secretário Regional da Educação e Cultura e Director Regional da Administração Escolar. No que diz respeito à da Lagoa, elaborou-se e pagou-se o projecto igualmente por 30.000 contos que, uns dizem estar na gaveta outros, mais sépticos, já o consideram no "caixote do lixo".

A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais analisou e relatou o Projecto do PS tendo, por unanimidade aprovado o relatório em que se considera importante e urgente a aprovação deste projecto e para o qual se propõe nova redacção que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já assumiu.

A nova redacção proposta visa aperfeiçoar e generalizar as medidas existentes para além dos incentivos para a deslocação e fixação de docentes, prevendo abranger, por exemplo, a legislação existente no que diz respeito a concursos.

Pareceu aos membros do PS na Comissão e, agora, ao Grupo Parlamentar Socialista que era necessário neste diploma alargar o seu âmbito para outras áreas.

Igualmente se debateu o início da sua produção de efeitos tendo-se concluído que, seria a partir do ano lectivo 93/94.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que, com a aprovação por unanimidade, deste nosso projecto, se faz justiça a uma classe profissional que merece ser prestigiada e dignificada e, em simultâneo, se dão algumas condições para que os docentes se sintam atraídos e compensados para exercerem as suas funções no Concelho da Povoação.

Permita-se-me lançar, uma vez mais, um desafio ao Grupo Parlamentar do PSD e ao Governo Regional: sentemo-nos todos à mesa e elaboremos uma proposta de diploma com vista à criação de incentivos que de facto visem a fixação e deslocação de docentes na Região Autónoma dos Açores, estabeleçam critérios para a sua atribuição, regras para a sua aplicação e se orçamentem verbas para a sua concretização.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português irá votar favoravelmente na generalidade este Projecto de Decreto Legislativo Regional, tendo em conta que as condições dos professores a exercerem a sua actividade na Vila da Povoação são merecedores de apoios já existentes em relação a outros concelhos da nossa Região.

Com base nisso, considerámos que é justo que a nova escola criada no Concelho da Povoação venha a usufruir, em relação ao seu pessoal docente dos mesmos direitos e regalias daquelas que já referimos. Daí a nossa votação favorável.

Presidente: Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à apreciação na especialidade deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Está na Mesa uma proposta de alteração feita pela Comissão e que é assumida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Entretanto, deu também entrada na Mesa uma proposta de alteração para este artigo 1.º que julgo que foi distribuído aos Srs. Deputados e que diz o seguinte:

"1. Aos docentes efectivos e aos portadores de habilitação própria, colocados em qualquer estabelecimento de ensino público do Concelho da Povoação, são aplicáveis os diplomas regionais que criam incentivos para a deslocação e fixação de docentes, em condições iguais ao previsto para o Concelho do Nordeste".

"2. Aos docentes referidos no número anterior são igualmente aplicáveis as regalias e direitos especiais, consagrados em outros diplomas regionais".

Está aberta a discussão sobre o Artigo 1.º do projecto inicial, bem como estas propostas de alteração.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

É para uma curta intervenção, apenas para apresentar as razões e justificar a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Fernando Fonte (PS): Diz a verdade. Eu posso falar porque o Sr. Presidente permite apartes!

O Orador: Sr. Presidente, posso continuar a minha intervenção.

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)

O Orador: Sr. Deputado, não se excite!

O Decreto Legislativo Regional n.º 2/84/A, de 13 de Janeiro estipula no artigo 5.º que a regulamentação será por resolução do Conselho do Governo Regional.

Assim, o Governo Regional resolveu aplicar o referido regulamento pela Resolução n.º 120/86, de 8 de Julho.

Esta Resolução no seu artigo 4.º define as percentagens de subsídio de fixação. Percentagens que são diferenciadas entre algumas ilhas e o Concelho do Nordeste.

A proposta de alteração agora apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, vem clarificar que o pretendido é aplicar ao Concelho da Povoação os mesmos incentivos previstos para o Concelho do Nordeste.

Também gostaria de declarar em nome do Grupo Parlamentar do PSD que aceitamos a proposta de alteração apresentada no Relatório da Comissão para o artigo 2.º.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fora de facto termos participado nos trabalhos da Comissão, e eu teria que fazer o aparte que fez o meu camarada Fernando Fonte. Mas como participei nos trabalhos, vou apenas ler o que diz o artigo 4.º da Resolução 120/86.

O artigo diz o seguinte:

"As percentagens de subsídio de fixação serão consoante a localização dos respectivos serviços de:

a) 25% e 30% para as Ilhas de São Jorge, Graciosa, Pico, Santa Maria e Concelho do Nordeste".

Não diz exclusivamente "Concelho do Nordeste" e é essa a razão pela qual nós entendemos que deviam estar todas as ilhas que têm, rigorosamente o mesmo subsídio como tem o Concelho do Nordeste e nós estamos de acordo que seja o mesmo subsídio a atribuir ao Concelho da Povoação.

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

O Orador: Tome nota, porque é o que está lá escrito e foi o que o Sr. Deputado referiu. O artigo 4.º, o que diz é isso e não a proposta...

Deputado Rui Melo (PSD): Tomei nota. É a alínea b)!

O Orador: ...que agora o Grupo Parlamentar do PSD nos vem dizer que é para o Concelho do Nordeste.

Se é para respeitar a posição que o Governo tomou em Maio de 1986 com a qual estamos de acordo, então que se diga tudo aquilo que se dizia já em 1986 e neste momento não se deturpe a redacção de uma resolução publicada em Jornal Oficial para a qual não vemos nenhuma razão que isso aconteça, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, esta questão foi bastante discutida na Comissão e entendemos que de facto a redacção a que se chegou na mesma era e é suficientemente clara e capaz de responder concretamente a todas as situações. Alguns problemas irão levantar-se, naturalmente, mas serão tratados administrativamente quando chegar a altura.

Por último, dizemos que de facto mantemos a nossa redacção e pedimos ao Sr. Presidente que mantenha a redacção que nós temos para a Comissão.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pretende fazer mais uma intervenção?

Deputado Rui Melo (PSD): É para uma informação complementar.

Presidente: Tem a palavra para mais uma intervenção.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Francisco Sousa, habilidosamente, citou o artigo 4.º da Proposta de Resolução, mas esqueceu-se de ler a alínea b) desse mesmo artigo que contém a Ilha das Flores.

A intenção do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata é exactamente essa. Ou seja, clarificar para que não haja dúvida a quem tiver que interpretar a lei, de que os incentivos a aplicar são os incentivos ao Concelho da Povoação.

Esta foi a razão clara, pela qual apresentámos este texto como alteração, tendo em conta que faz referência ao Concelho do Nordeste.

Apenas, foi esta a razão!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A proposta inicialmente apresentada pelo Partido Socialista, dá-nos a impressão - se melhor explicação não nos derem - de que é exactamente aquela que o Partido Social Democrata apresenta e precisamente a mesma apresentada na Comissão.

Acontece e para sermos claros, que o Partido Social Democrata entende que deve dar o seu cunho pessoal àquilo que se pretende legislar.

Nós já o dissemos há pouco de que estamos plenamente de acordo com a criação destes incentivos ao Concelho da Povoação.

Para nós é de somenos importância se o Partido Social Democrata dá a sua chancela a este artigo 1.º que é o objecto deste Decreto Legislativo Regional, ou se pelo contrário, é o Partido Socialista que apresenta a sua concepção do artigo, porque no fundo é exactamente a mesma coisa.

Para nós, isso é de somenos importância e pela nossa parte poderemos votar favoravelmente o artigo 1.º proposto pelo Partido Socialista. Podemos votar favoravelmente o artigo 1.º proposto pela Comissão e também vamos votar favoravelmente o artigo 1.º proposto pelo Partido Social Democrata.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Porque no fundo, o que nos interessa é que os problemas desta Região e dos trabalhadores da mesma sejam resolvidos.

Efectivamente resolve-se o problema, pois nós damos o nosso voto favorável à solução do mesmo.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como muito bem acaba de referir o Sr. Deputado Paulo Valadão, a proposta inicial do Partido Socialista dizia isso mesmo. Dizia que estes apoios eram destinados aos docentes, em termos idênticos, que exercem funções nos estabelecimentos de ensino das Ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Concelho do Nordeste.

Portanto, excluí-se como o Sr. Deputado acabou de dizer a alínea b) desse decreto, ou seja, a Ilha das Flores. Mas, perante essa proposta do Partido Socialista, a Comissão resolveu pedir parecer a várias entidades e uma das entidades a quem pediu parecer

foi à Secretaria Regional da Educação e Cultura. Por sua vez, esta deu o seguinte parecer:

"Aos docentes efectivos e aos portadores de habilitação própria, colocados em qualquer estabelecimento de ensino público do Concelho da Povoação, são aplicáveis os diplomas regionais que criam incentivos para a deslocação e fixação de docentes".

Como nós entendíamos que essa proposta da Secretaria era uma boa proposta, acolhemo-la imediatamente. Os Srs. Deputados na Comissão estavam de acordo com ela e nós apresentámos razões, - por isso eu pedi para o Sr. aqui dizer a verdade - não quanto ao conteúdo da proposta, mas tão somente ao pormenor de redacção que nós entendíamos que se devia acrescentar a essa proposta, bem como outros que prevejam outras regalias ou direitos especiais, enquanto que alguns Srs. Deputados do PSD entendiam que isso devia constituir o n.º2.

Como isso deu uma grande discussão dentro da Comissão e os Srs. Deputados não se entendiam, nós fizemos um requerimento para que se passasse à votação. Infelizmente, como isso era uma questão de bom senso e de redacção, houve dois Srs. Deputados do PSD que votaram com o Partido Socialista.

A partir desse momento, foi aprovada a proposta que hoje vem aqui no texto da Comissão. Mas como o Sr. Deputado Rui Melo ficou muito zangado, - e essa verdade tem que ser aqui dita - porque dois dos Srs. Deputados tinham votado com a proposta do Partido Socialista...

Deputado Carlos Morais (PSD): Não era por causa do Partido Socialista!

O Sr. Deputado diga a verdade toda!

O Orador: ...resolveu agora vir aqui ao Plenário trazer outra vez o n.º 2 que viu negado pelo voto na Comissão.

Quando eu peço que se diga a verdade, é para contar toda a verdade.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pretende usar a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou protestar, no entanto quero dizer ao Sr. Deputado Fernando Fonte que inicialmente protesto, porque não é hábito e nunca usei da palavra na qualidade de Presidente da Comissão da Juventude e Assuntos Sociais aqui nesta bancada, para deturpar os trabalhos da Comissão. Por isso, dispenso as suas recomendações sobre este assunto.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Segunda questão:

Aquilo que V. Ex.^a acabou de dizer não é verdade!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu tenho a redacção que nós discutimos na Comissão e não tem nada a ver com a redacção que agora apresentámos.

Na minha opinião e na do meu grupo parlamentar, eu não vou continuar, porque achamos que isto é uma discussão que não tem interesse nenhum. Nós trabalhamos sobre este diploma durante vários dias e com dedicação de todos os Srs. Deputados, - do PS, o PCP não estava porque se estivesse também dava o seu contributo, no entanto estava a participar noutra Comissão - nós empenhámo-nos em arranjar soluções e não "chumbámos" a proposta ou o projecto do Partido Socialista...

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Tivesses "chumbado"!

O Orador: Podíamos chumbar, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Regimentalmente nós podíamos "chumbar" e inclusivé apresentar uma hoje. Mas, não o fizemos. Respeitamos a iniciativa do Partido Socialista, colaborámos para a sua alteração, servimos de intermediários com o Governo, por forma a pedir a sua ajuda com vista a melhorar o documento e agora vêm os Srs. dizer para aqui que nós tínhamos má fé.

Deputado Fernando Fonte (*PS*): E o Governo não conseguiu melhorar!

O Orador: A história neste momento está clara!

O Partido Social Democrata reafirma que quer clarificar as normas a serem aprovadas. É por esta razão que apresentamos a proposta de alteração. Não é uma "politiquice", mas sim uma razão de enquadramento jurídico.

Presidente: Teremos que votar em primeiro lugar a proposta da Comissão que aqui foi assumida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, bem como a última a entrar na Mesa.

(Pausa)

Presidente: A última proposta que entrou na Mesa é a primeira a ser votada, bem como a última que entrou, que é a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista assumindo a proposta da Comissão.

Portanto, vamos à proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo 1.º de acordo com a proposta da Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta da Comissão foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 20 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do CDS/PP.

Presidente: Então, teríamos que votar agora a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e que eu tive oportunidade de há pouco ler.

Os Srs. Deputados que concordam com este n.º 1 e n.º 2 do artigo 1.º de acordo com esta Proposta do Partido Social Democrata, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 2.º para o qual há uma proposta de alteração apresentada pela Comissão já assumida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e também individualmente pelo Sr. Deputado Rui Melo do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e que diz o seguinte:

"O presente diploma produz efeitos a partir do ano lectivo 93/94"

Está à discussão este artigo e as suas propostas de alteração.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração para o artigo 2.º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 2.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agradecia à Comissão que procedesse à redacção final deste diploma.

Para uma declaração de voto vou dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma curta declaração de voto para dizer que congratulo-me com o facto de mais um concelho desta Região e não o único, porque ainda continuamos a ter concelhos desta Região que continuam sem ensino oficial dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, ou seja, Madalena do Pico que infelizmente continua com a sua escola mal parada e sem que se faça rigorosamente nada por ela, bem como as Lajes das Flores e o Corvo que são os 3 concelhos...

Vozes da bancada do PS: É verdade! É verdade!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Não é verdade!

O Orador: ...que ainda continuam a ter falta de ensino oficial com escola própria da rede pública para o efeito.

Naturalmente que volto a fazer o desafio e se me é permitido fazê-lo ao Governo Regional e ao PSD que o suporta, para que façamos um diploma que trate, efectivamente, destas matérias dado que o Sr. Deputado Rui Melo, quando falou no Decreto Legislativo 2/84/A, este decreto ainda não foi regulamentado na sua totalidade, por isso sentemo-nos todos à mesa e façamos isso o mais rápido possível para bem da educação e dos alunos desta Região.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma curtíssima declaração de voto só para demonstrar aqui à Câmara a boa vontade do Partido Social Democrata na sua disponibilização para encontrar soluções, bem como o nosso empenhamento para criar novos incentivos à fixação de professores das diversas ilhas da nossa Região.

Presidente: Passamos agora à apreciação do 2.º ponto da nossa ordem de trabalhos e que é um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Regional dos Açores".

Está aberta a discussão sobre este diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para fazer uma intervenção na generalidade.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na generalidade, nós estamos de acordo com este Projecto de Decreto Legislativo Regional que foi apresentado à nossa Assembleia, segundo creio, por quatro Srs. Deputados. No entanto, e depois na especialidade havemos de abordar esta matéria.

De qualquer modo, gostaríamos de já fazer algumas considerações sobre ela. Pensamos que este texto poderia ser melhorado, atendendo a circunstâncias reais que hoje existem na própria Assembleia.

Aliás, é de todos conhecido que desde o momento que uma empresa privada executa o trabalho de limpeza das instalações, as funcionárias do antigo edifício que executavam essa limpeza, estão, em nosso entender, a ocupar uma função diferente daquela que efectivamente lhe corresponde à própria carreira.

Pelo menos no meu gabinete, tenho, frequentemente recebido documentação que me é trazida pelas referidas funcionárias e vários expedientes que é distribuído, etc. Assim, achamos que esses lugares, deveriam e de acordo com esta remodelação, ser extintos logo que vagassem.

Por isso mesmo, vamos propor uma alteração em que os lugares que continuam a ser ocupados pelo pessoal de limpeza, sejam extintos quando vagarem, ou seja, seria a diminuição desses lugares no quadro da Assembleia.

Por outro lado, pensamos que seria importante que as tarefas que hoje são desempenhadas por essas funcionárias, pudessem continuar a ser desempenhadas por outros funcionários e assim vamos propor como alteração, o aumento de auxiliar administrativo em 2 unidades, correspondente às 2 unidades que propomos a sua extinção ao vagar.

Por outro lado ainda, julgamos que não faz qualquer sentido que se criem os lugares de auxiliares de limpeza para as Delegações de São Miguel e da Terceira e que não se crie esse mesmo lugar, a tempo inteiro, para a Delegação da Ilha das Flores, atendendo a que à excepção do número de pessoas que entram e saem na Delegação da Terceira, por exemplo, não existe grande diferença entre as 2 delegações em relação à necessidade de pessoal de limpeza e daí vamos propor uma alteração em relação a esse aspecto que agora nos é proposto.

Achamos que esta Casa não poderá continuar, tal como vemos noutras instituições, a considerar a existência das 3 ilhas que tinham antes as capitais de distrito, em situação diferente das outras ilhas. Ou queremos uma Região constituída por 9 parcelas iguais ou então voltamos ao antigamente.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar na generalidade este diploma.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados:

No que diz respeito a este diploma, há aqui duas propostas de alteração que são apresentadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, bem como existe aqui uma situação para a qual eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados, visto que é uma falha deste diploma e que gostaria de introduzir mais alguns dados.

Vou fazer uma chamada de atenção em relação ao Pessoal técnico-profissional onde tem "Profissional de Biblioteca, Arquivo e Documentação/ Técnico-profissional de BAD", aí teríamos que fazer uma chamada no sentido de que isto é uma carreira atípica e assim fazer com que figure no quadro a expressão "extinguir quando vagar". Portanto, isto é uma situação que os Srs. Deputados se me permitem mesmo verbalmente e depois passando a escrito, uma vez que também sou subscritor deste diploma, pedia que considerassem na altura própria e depois dessemos lugar à votação.

Vamos ver o articulado deste diploma e posteriormente votaríamos o quadro à parte com as alterações que aqui estão, por forma a ser mais simples.

Como não há alterações para o articulado do diploma, talvez pudéssemos pôr isto à apreciação dos Srs. Deputados em conjunto. Por isso, está aberta a discussão sobre este articulado.

Não havendo intervenções, então poderíamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao quadro que está anexo, o Sr. Deputado Paulo Valadão apresenta uma proposta de alteração. Onde se vê "Pessoal Auxiliar" e mais concretamente "auxiliares administrativos" lê-se o número de lugares - 4, o Sr. Deputado Paulo Valadão propõe 6. Aliás, de acordo com a explicitação que há pouco fez.

Portanto, está à discussão este ponto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta nossa proposta como já há pouco procurámos referir, verifica-se pelo facto e de acordo com a segunda proposta que apresentámos, prevermos a extinção de 2 lugares de auxiliar de limpeza.

Efectivamente e tendo em conta que esse pessoal auxiliar de limpeza de facto está a executar funções de auxiliar administrativo, daí a pensarmos que são necessários

mais duas unidades de Pessoal Auxiliar Administrativo, por forma a que o pessoal de limpeza não execute funções que não lhes são inerentes.

Por isso, julgamos que haveria a necessidade de aumentar em duas unidades esta tarefa da nossa Assembleia.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, relativamente ao aumento de dois lugares na categoria de auxiliar administrativo.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 voto a favor da Representação Parlamentar do CDS/PP e 1 voto a favor da Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Do Sr. Deputado Paulo Valadão há mais uma proposta de alteração que diz respeito à alínea c) do quadro que está anexo e que se refere aos auxiliares de limpeza e que diz o seguinte:

"Dois dos lugares previstos na carreira de auxiliar de limpeza exercerão a respectiva actividade na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores na Horta, os quais serão extintos quando vagar.

Três dos lugares serão exercidos nas Delegações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nas Ilhas de São Miguel, Terceira e Flores em regime de tempo inteiro".

É a passagem a regime de tempo inteiro dos auxiliares de algumas das nossas delegações nomeadamente todas elas com excepção de Terceira e São Miguel.

Portanto, o resto é igual ao que está na proposta inicial.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que nesta Casa existe pessoal que está a exercer funções que nada têm a ver com as funções que são atribuídas à sua própria carreira. Daí pensamos que

não há razão nenhuma para que se mantenha indefinidamente o quadro funcional, visto que para o qual não há trabalho para esse mesmo pessoal.

Assim, considerámos que se auxiliares de limpeza que aqui existem não exercem o seu trabalho funcional, esses lugares devem ser extintos logo que vaguem. Porque não há razão de se manter um quadro que no fundo tem duas unidades e que ao poderem desaparecer, sejam novamente providas outras duas unidades ou apenas uma, para o qual não há serviço a realizar.

Por outro lado ainda, entendemos que se são criados lugares de auxiliares de limpeza a tempo inteiro para as Delegações de São Miguel e Terceira, não há qualquer razão para que não seja também criado um lugar para a Delegação da Ilha das Flores.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular bem entendeu que esta iniciativa legislativa e as questões aqui em jogo, visavam solucionar questões que se apresentavam de imediato como indispensáveis para o normal (bom) funcionamento da nossa Assembleia.

Julgo que algumas destas matérias fazem parte do próprio trabalho permanente exercido pela Comissão de Organização e Legislação em visitas recentes às diferentes delegações da Assembleia Legislativa Regional e não é por acaso que este diploma é apresentado pela Mesa ou pelo menos subscrito pelos Deputados com maiores responsabilidades na condução desta mesma Assembleia e inclusivamente pelo Sr. Presidente da Assembleia.

No entanto e tendo até presente que ainda há pouco uma proposta do Sr. Deputado Paulo Valadão foi "chumbada" pela maioria desta Assembleia sem qualquer esclarecimento embora seja óbvio que é um direito que vos assiste, apelava a vossa compreensão para levantarmos esta questão novamente, visto estarmos a tratar de questões que dizem respeito a todos nós, questões essas que até já foram reflectidas por ilustres Srs. Deputados portadores dessa função específica nesta Casa e também agora levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão que está no seu pleno direito de o fazer, de forma fundamentada e construtiva, colocando-as à ponderação do Plenário.

Pode-se, evidentemente, votar as matérias sem as discutir, mas uma vez que há uma proposta na Mesa, parecia-me importante que, eventualmente, as razões que possam existir contra a oportunidade dessa proposta, sejam colocadas ao Plenário.

Eu confesso que ainda há pouco na última votação, embora votando favoravelmente a proposta do Sr. Deputado Paulo Valadão, percebi que o Partido Socialista se tinha absterido. Confesso que nem fui sensibilizado para as razões justificativas da não aprovação da proposta do Sr. Deputado Paulo Valadão e eventualmente acredito que possam existir, uma vez que o PSD votou contra, é porque devia ter razões para o fazer.

Permitam-me que diga que não me parece correcto numa matéria desta natureza e que envolve o funcionamento da nossa Assembleia, propostas que estão a ser postas com simplicidade e clareza, mereçam esse tratamento do conjunto da Assembleia, ou seja, aprova-se ou chumba-se sem se dar "cavaco".

Portanto, o apelo que eu fazia é que eventualmente quem não esteja de acordo com as propostas, no mínimo dos mínimos, contribua fundamentando a razão por que não está de acordo com as mesmas.

No caso concreto, eu até apelava aos Srs. Deputados, por exemplo da Delegação das Flores, que não é só o Sr. Deputado Paulo Valadão que está interessado nesta matéria, porque há outros Srs. Deputados que se nos esclarecessem se acham ou não oportuno que se dê o tratamento semelhante à Delegação das Flores ou que está previsto dar para Angra e Ponta Delgada, por exemplo. Ou então que mais alguém dê algum contributo.

Choca-me que se vote a matéria sem que a mesma seja minimamente discutida.

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Se me permite uma explicação que não é uma intervenção, mas posso necessariamente se assim for entendido, sair daqui do meu lugar e dar lugar ao Sr. Deputado Humberto Melo, porque efectivamente para intervir neste debate porque julgo que é útil fazê-lo não posso estar aqui na Mesa..

Portanto, peço ao Sr. Vice-Presidente para fazer o favor de ocupar este lugar durante o resto da Sessão e entretanto pedir-lhe-ia de imediato a palavra.

(Neste momento o Presidente Madruga da Costa é substituído pelo Vice-Presidente Deputado Humberto Melo na condução dos trabalhos da Mesa da Assembleia)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para muito brevemente dar duas palavras de explicação sobre este assunto que aqui nos traz a debater e que diz respeito ao funcionamento da nossa Casa e faço-o com muito gosto.

A perspectiva que os subscritores desta Proposta tiveram ao fazê-la, foi tão somente encontrar soluções de imediato para alguns problemas que aqui se colocam. Nomeadamente, nós temos uma quantidade apreciável de funcionários que exercem as suas funções ao abrigo de contratos a prazo que cada vez que chegam a determinado número de contratações, têm que sair dos seus lugares e nem sequer podem, por força legal, ser opositores ao concurso seguinte.

Com isto, nós acabamos na Assembleia por ter situações que resultam de dar formação a um determinado tipo de funcionários, ou seja, temos pessoas nas quais a Assembleia investe e treina, para ao fim de 3 ou 4 contratos a prazo, se verem na contingência - e até talvez um pouco injustamente - de terem que sair dos seus lugares e não poderem voltar aos mesmos.

Portanto, as alterações que aparecem neste diploma dizem respeito a 3 ou 4 categorias de funcionários e que se pretendem resolver. Caso concreto e que diz respeito ao pessoal que é auxiliar de limpeza nas delegações, todo ele neste momento é contratado a prazo e estão a extinguir-se os contratos. Se não se fizer esta alteração no Quadro, não se permite aos que exercem a tempo inteiro aos que já estão a tempo parcial, de entrarem para o quadro ficando exactamente como tempo parcial. Essas pessoas daqui por uns tempos não podem sequer vir a ser novamente contratadas e é impossível, neste caso, utilizar a modalidade da prestação de serviços, porque não se pode levar para casa a Assembleia ou uma delegação da Assembleia para limpar.

Portanto, em relação aos auxiliares de limpeza, a manter exactamente a questão tal qual como ela se encontra, apenas encontramos uma solução de integração para este pessoal, se ele vier a concorrer no próximo concurso uma vez que isto seja aprovado

pelos Srs. Deputados. Isto em relação aos auxiliares de limpeza; é igual para o Pessoal do operador de sistema que aí está incluído; é igual para os redactores, ou por outra, é igual em todas as categorias. Só há uma circunstância que foi-me chamada a atenção, e, que já tive oportunidade de avançar, que é o caso de uma funcionária que tem uma categoria atípica, ou seja, o técnico de BAD que tem que se mencionar que é um lugar a extinguir quando vagar, porque ele não pode continuar de acordo com a lei que rege a função pública.

Por isso, não se trata - nem foi intenção dos subscritores - de fazer um trabalho que viesse alterar, substancialmente, o Quadro da Assembleia. Pensamos que isso é necessário, passada a fase da informatização da Casa, é necessário reflectir sobre isso. Também julgo que é necessário reflectir sobre a Orgânica da Assembleia, aliás terá que ser feito, bem como o Quadro da Assembleia terá que ser reflectido. Efectivamente, é nessa base, ou seja, na base de uma visão global do enquadramento novo que nós temos, quer na sede da Assembleia, quer nas suas delegações. E assim sendo, aceito perfeitamente que nós encontremos soluções diferentes para estas funções que ficam um pouco não utilizadas, mas com coerência. Aquilo que nós não queremos que se dê na sede da Assembleia, isto é, o facto de uma pessoa que é auxiliar de limpeza distribuir 4 papéis porque não lhe cabe esse serviço, não podemos depois exigir a um auxiliar de limpeza, numa delegação, que faça aquilo que não se quer na sede.

Portanto, temos que encontrar soluções que sejam estáveis, que dêem ao funcionamento das nossas delegações o enquadramento que elas devem ter e em que possamos exercer o nosso trabalho nessas delegações com dignidade, dignificando a função e o trabalho daqueles servem e que colaboram connosco no nosso trabalho parlamentar, e que nos merecem todo o respeito e toda a consideração, dentro de uma óptica que seja de critérios uniformes.

Não me alongo mais, Sr. Presidente, sobre este assunto, mas é só para dizer muito rapidamente que a visão e a perspectiva que se teve neste trabalho foi tão somente encontrar soluções para que de uma forma mais rápida do que aquela que seria possível através da revisão global da Lei Orgânica, encontrar uma forma de

possibilitar a quem serve nesta Casa e nas delegações de vir a encontrar estabilidade no seu emprego.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Madruga da Costa, caso me seja permitido.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado, qual a razão que levou os subscritores desta proposta a tratar de maneira diferente as delegações de São Miguel, Terceira e concretamente uma outra delegação onde existe um edifício bastante grande, Património da Região e sobre a tutela desta Casa e onde é contemplado apenas um regime parcial, contrapondo como por exemplo a Delegação da Ilha Terceira, bem como a Delegação da Ilha de São Miguel, as quais são contempladas com um funcionário a tempo inteiro e ainda com uma agravante que é a própria Delegação da Ilha de São Miguel ser num edifício arrendado e como tal não sabemos se no futuro e na hipótese de mudança para outra delegação, se a próxima será maior ou menor.

Portanto, gostaria que me fosse explicada a razão desta duplicidade de critério?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que na minha intervenção anterior já dei resposta a esta questão que é posta pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, mas volto a repetir:

Não há aqui nenhuma intenção de graduar a importância das delegações, ou seja, elas são igualmente importantes. Só que neste momento, esta é uma situação de facto. Presentemente, nós temos na Delegação de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada funcionários a tempo inteiro e nas outras delegações temos apenas funcionários a tempo parcial. E isto, exactamente corrobora a nossa ideia, bem como a reforça de que este trabalho que foi feito, foi apenas para dar saída à possibilidade e estabilidade a quem trabalha connosco.

Sinceramente, digo que numa alteração mais global da Orgânica da Assembleia que essas situações podem e devem ser revistas, porque o que se pretendeu agora foi encontrar uma solução de imediato para podermos funcionar com alguma estabilidade e do próprio interesse da Assembleia, mas também com algum sentido de protecção do próprio trabalho das pessoas que colaboram connosco.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta apresentada pelo PCP, deixem-se ficar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 voto contra da Representação Parlamentar do CDS/PP e 1 voto a favor da Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista tomou uma posição de abstenção em relação às propostas de alteração do PCP, porque entende que o Projecto de Decreto Legislativo Regional em apreço tem apenas como objectivo solucionar a curto prazo e fundamentalmente situações de precaridade de emprego que carecem de imediata regularização.

O PS tem em preparação um projecto de reestruturação global da Orgânica da Assembleia que pretende apresentar no mês de Janeiro e que visa responder adequadamente às necessidades dos serviços e às reais expectativas dos trabalhadores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente:

Eu queria requerer que fosse repetida a votação, porque não consegui compreender qual a votação que foi realizada.

(Pausa)

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente:

Quero saber o resultado da votação, tendo em conta que não compreendi ou melhor não consegui ouvir o resultado da votação.

Presidente: Então, peço aqui ao Sr. Secretário da Mesa o favor de repetir o resultado da votação.

Secretário: A Proposta foi rejeitada com 27 votos contra do PSD, 20 abstenções do PS, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está agora à discussão a inclusão da alínea d) que se refere aos lugares a extinguir no quadro do Pessoal técnico-profissional.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta, façam o favor de se deixar como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, eu propunha agora que fizéssemos um pequeno intervalo de 30 minutos como é hábito fazer na nossa Sessão.

(Eram 18:20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que voltassem aos vossos lugares, porque vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19:00 horas)

Vamos proceder à votação do quadro anexo com as alterações já aprovadas à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre Alteração do Quadro da Orgânica da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 20 votos a favor do PS e 1 abstenção da Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovada com 27 votos a favor do PSD, 20 votos a favor do PS e 1 abstenção da Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que perante a impossibilidade de termos consignado aspectos que em nosso entender seriam justos, de qualquer forma seria importante tomar uma posição diferente do que aquela que tivemos na generalidade, na medida em que quando fizemos a aprovação na generalidade estávamos convencidos que era possível enriquecer esta proposta.

Assim, não o quis a maioria da Assembleia e havia nesta votação que tomar uma posição em relação ao assunto.

Só não votámos contra, porque da parte do Partido Socialista houve a afirmação, perante a Câmara, de que no próximo mês de Janeiro esta matéria voltará aqui a este Plenário.

Temos de lamentar o facto de que não se tenha aguardado, para de uma vez por todas, a situação ser resolvida, porque pensamos também ser desnecessário que matérias como esta, sejam resolvidas parcialmente.

Tudo isto, foram as premissas que nos levaram à abstenção em relação a este projecto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu chamar-lhe-ia, por necessidade regimental, uma breve declaração de voto.

Só para mais uma vez reafirmar que os subscritores desta proposta nos quais eu me incluo, tiveram como único objectivo criar condições de possibilidade imediata de administração da nossa Casa.

Não houve aqui nenhuma intenção de fazer grandes reformas nem de encontrar soluções para problemas que podem e devem ser reflectidos no âmbito da Revisão da Lei Orgânica da Assembleia.

Esta, e reafirmo, é uma proposta que permite flexibilizar o nosso trabalho e a administração daqueles que subscrevem esta proposta e que são as pessoas que compõem a Mesa da Assembleia.

Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final.

Vamos agora passar ao 3.º ponto da nossa ordem do dia e que é a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração do Estatuto da SATA, AIR AÇORES, EP, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/88/A, de 5 de Fevereiro".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À falta de outras ideias, em pleno desenvolvimento de uma crise financeira, económica e social instalada, depois do anúncio eufórico e sebastiânico de uma aurora governativa que despontaria das últimas eleições rumo a grandes reformas estruturais de efeitos milagreiros, o governo, entre outras menoridades legislativas, lembrou-se de nos fazer chegar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional com o objectivo de alterar o actual Estatuto da SATA-AIR-AÇORES, a que se encontra em vigor desde a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 2/88/A, de 5 de Fevereiro,

Ainda pensámos, aquando do surgimento dessa iniciativa, que o Governo Regional pretendesse com ela melhorar aspectos dos princípios gerais e especiais da autonomia da gestão daquela empresa pública, redefinir obrigações e deveres no âmbito das relações com a respectiva tutela económica e financeira, alterar o seu capital estatutário, introduzir melhorias no regime jurídico do pessoal, derimir outras

imperfeições estatutárias ou até, preparar o seu processo de extinção como empresa pública.

Porém, o diploma agora em análise nada tem a ver com isso. O Governo Regional apresenta-nos uma pequena proposta de alteração da orgânica de gestão da empresa com o fim de criar uma Comissão Executiva, com a pequenez mesquinha, mas altamente reveladora do plano político, de expulsar da gestão contínua da empresa o representante dos trabalhadores legalmente eleito e ainda ilegalmente não empossado. Esta proposta de decreto deveria merecer apenas um seco voto contra, eventualmente acompanhado de uma curta e concertada adjectivação dos seus proponentes.

Todavia, no uso de uma recomendável paciência democrática, desenvolveremos alguns dos fundamentos envolventes da nossa oposição, já publicitada, aliás, nos trabalhos preparatórios que tiveram lugar na Comissão Parlamentar que teve o encargo de analisar e emitir parecer sobre este diploma.

Assim, e em primeiro lugar, esta iniciativa legislativa releva-se pela sua importunidade, já que, à visível intranquilidade com que foi recebida pelas estruturas representativas dos trabalhadores se soma a confissão do Presidente do Conselho de Administração da SATA de que não foi ouvido pela tutela sobre a proposta, nem sobre ela esconde a sua antipatia, ainda que passiva - como convém à sua posição de gestor público designado, nomeado e conservado pelo Governo.

Depois, esta proposta salienta-se pela sua inoportunidade, já que, a acreditar no Programa do Governo - como é legítimo fazer - quaisquer alterações ao Estatuto da SATA assumem um carácter excepcionalmente transitório, pois está prevista, no decurso com o quadriénio iniciado com o actual Plano a Médio Prazo, a transformação da SATA em sociedade anónima, obedecendo, a partir daí, naturalmente, a um novo regime jurídico de gestão.

Revela-se, igualmente, impenitentemente inábil, porquanto o Governo, à beira de sancionar um Plano Estratégico da empresa que aponta para objectivos de reestruturação com previsível impacto na estrutura de pessoal, abre antecipada e desnecessariamente um clima de desconfiança e potencial conflito, que, tudo indica, resultará nas maiores dificuldades para a melhor execução daquele Plano.

Abro aqui um parêntesis para me referir ao já citado **Plano Estratégico** com a empresa: depois do estatuto elaborado há dez anos pela PAN AMERICA, que terá custado oito mil contos, uma outra empresa (diga-se, sem qualquer experiência anterior de companhias de tráfego em regiões insulares com características similares) elaborou este "novo" Plano, de que agora tanto se fala, e que custará à SATA mais de trinta mil contos, depois de ser traduzido de inglês para brasileiro.

Não tenho um conhecimento directo desse Plano, mas, a avaliar pelas declarações públicas sobre ele proferidas e por outras informações que pude recolher, fico convencido que ele é pouco mais de uma qualquer auditoria financeira e que pouco acrescenta a projecções já conhecidas sobre a situação e o futuro da empresa, elaborados no âmbito do anterior Conselho de Administração da SATA. Apesar do inusitado espectáculo público que acompanhou a sua entrega ao Governo, tudo indica que a sua grande novidade será a recomendação de despedimentos de mais de 25% do efectivo do pessoal. O que eu duvido é que esse Plano mencione o custo imediato desses despedimentos e o que eu estimo é que a mesma ideia salvadora não venha a ser recomendada e adoptada para a generalidade das empresas e da administração pública que não estão em melhor situação do que a SATA como é público e notório.

Deixo aqui em registo as nossas primeiras preocupações fazendo votos para que os melhores critérios de gestão não se escondam, neste caso como em outros, na facilidade dos métodos socialmente insensíveis que a prazo são sempre anti-económicos.

De resto, é bom que se reconheça que, independentemente dos diversos problemas estruturais da empresa que efectivamente não escapam à análise mais incauta, muitos dos seus actuais problemas derivam da SATA, à semelhança de outras empresas públicas, funcionar como uma verdadeira instituição de crédito ao Governo. É público e confessado por diversos intervenientes neste processo que a SATA precisa de cerca de dois milhões e meio de contos, necessários à sua tesouraria em 1993, e tem três milhões de contos de dívida acumulada a título de pagamentos de indemnizações compensatórias que o Governo lhe deve de anos anteriores. Os 600 mil contos que recebeu - não tenho a certeza - em 1992 foram claramente insuficientes e os 600 mil contos orçamentados para 1993 também, para além do

atraso com que se verifica a entrada dessas verbas nos cofres da empresa. Acresce a todo esse processo instável e insatisfeito de relacionamento financeiro com a sua tutela, que é sabido que a SATA contraíu um muito volumoso empréstimo para a renovação da sua frota, acabando inclusivé por aplicar largas centenas de milhares de contos em obras nos aeroportos da Graciosa, S. Jorge e Pico, feitas pela SATA, com a promessa de pagamento nunca concretizada pelo Governo Regional, o que hoje, com juros representa quase um milhão de contos.

Independentemente, repito, dos problemas estruturais da empresa, é evidente que perante este manifesto incumprimento das obrigações governamentais de apoios e compensações financeiras, nenhuma administração, por melhor que seja, pode exercer tranquila e eficazmente as suas funções. A SATA pode dizer ao Governo Regional o que este certamente segreda ao Governo da República ou terá ontem feito, eventualmente, ao telefone, tão mal servidos andam no Orçamento Regional, uma, como no Orçamento do Estado, ou outro, com a agravante da administração da Região parecer muito pior do que a administração da SATA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A criação de uma Comissão Executiva nesta, como em outras empresas públicas regionais, não se justifica, antes se devendo aplicar o preceituado no n.º 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 9/84, em que se adverte e começo a citar que "nos estatutos de empresa de menor dimensão, ou de empresas em que tal medida se justifique, poderá prever-se que as funções delegáveis numa Comissão Executiva sejam desempenhadas, a título permanente ou temporário, pelo Presidente do Conselho de Administração. Era o que, de certo modo, acontecia até agora por via do disposto no n.º 3 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 7.º do actual Estatuto da SATA AIR AÇORES, publicado em 5 de Fevereiro de 1978. Era, também, o que se podia e devia esperar do recentemente empossado Presidente da SATA, pago como a lei estipula para o ser a tempo inteiro, com residência paga pela empresa, viatura automóvel adquirida para o seu serviço, dois gabinetes montados e novas secretárias, consumindo só por si bem mais do que 1% da famosa massa salarial global de cerca de 660 trabalhadores da empresa.

Se for aprovada a proposta do Governo, restarão ao Conselho de Administração as seguintes competências.

- aprovar os objectivos e as políticas de gestão da empresa;
- propor o exercício, a modificação ou a cessação de actividades acessórias do objecto da empresa;
- aprovar os plano de actividade e financeiros anuais e plurianuais e respectivas alterações ; e,
- celebrar contratos-programa.

Tratam-se de funções exercíveis, como facilmente se depreende, com uma irregularidade e periodicidade tais, que, a convocação do Conselho de Administração praticamente só a título extraordinário e esporádico se justificaria.

Em contrapartida, entre as muitas competências transferidas agora para a Comissão Executiva, destacamos outro aspecto **contraditório**. É o caso em que esta - a Comissão Executiva - passa a ter as competências de "designar e exonerar os responsáveis pela estrutura orgânica da empresa" e "negociar e outorgar convenções colectivas de trabalho e aprovar as demais normas relativas ao pessoal e respectivo estatuto". Tudo isso seriam matérias, face às quais, por absoluta maioria de razão, se impunha a participação activa e decisória do representante dos trabalhadores na gestão, que, não fazendo parte da Comissão Executiva estará à margem dessas decisões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A publicação do Decreto-Lei n.º 26/84, há nove anos em vigor, não obriga à criação de uma Comissão Executiva, indicando apenas que os estatutos das empresas incluirão, "a título imperativo e ou facultativo", a delegação pelo Conselho de Administração de determinados poderes numa Comissão Executiva.

Por outro lado, a melhor interpretação que pode e deve ser dada aos objectivos de criação de uma Comissão Executiva, prende-se, exactamente, com a dimensão habitual dos Conselhos de Administração na generalidade das empresas públicas nacionais, nas quais são frequentemente constituídos por nove e onze membros.

No caso da SATA AIR-AÇORES, o Conselho de Administração é formado por quatro pessoas, incluindo o representante dos trabalhadores, e a Comissão Executiva

será formada, segundo a proposta do governo, por três, o que significa que apenas um dos actuais membros do Conselho de Administração não o integrará. Neste quadro de referências, é óbvio que não há qualquer objectivo sério de racionalidade e eficácia na origem da proposta, porque nunca seria essa alteração quantitativa que teria impacto no respectivo sistema de gestão. É evidente que a alteração se destina a afastar do acompanhamento diário da vida da empresa o representante dos trabalhadores e impedi-lo de vir a exercer o seu cargo em regime de tempo inteiro.

Recorde-se a este propósito que a legislação nacional enquadradora do regime jurídico das empresas públicas não dispõe claramente num sentido neste caso e que o Estatuto do Gestor Público Regional só por uma interpretação excepcionalmente atrevida da parte final do n.º 2 do seu artigo 1.º, poderia lembrar tal obrigatoriedade de o representante dos trabalhadores no conselho de administração de uma EP exercer o seu cargo a tempo parcial e muito menos ainda não poder integrar uma Comissão Executiva.

Porém, o que acontece é que o Governo fixa nesta sua proposta que só os membros do Conselho de Administração que façam parte da Comissão Executiva se consideram em regime de tempo inteiro". Sobre esta matéria é igualmente curial reflectir sobre a situação em que parece ficar o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração, o qual, para certos efeitos e em certos dias ou ocasiões integrará e será um elemento de chefia da empresa, ao mesmo tempo que noutras circunstâncias, dificilmente diferenciáveis, retomará as suas funções e categoria profissional numa situação de simultânea, duvidosa e fugaz subalternidade.

Esta proposta do Governo - como acabei de demonstrar - é uma iniciativa **desnecessária** do ponto de vista legal e **prejudicial** no palco da melhoria de gestão da SATA. Actua também em flagrante contradição com o tido por "excelente" relacionamento do representante dos trabalhadores com os restantes membros do Conselho de Administração, o qual tem merecido os melhores encómios. E, mesmo que assim não fosse (conta-se o caso da EDA em que intrigas entre os membros da organização dos trabalhadores do Governo, vulgo "TSD's" ou "gravatinhas",...

(Risos da bancada do PSD)

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): O quê?!

O Orador: ...influenciou a criação da Comissão Executiva), e, dizia, mesmo que assim não fosse, o Partido Socialista entende a corresponsabilização dos trabalhadores na gestão das empresas públicas como uma questão de princípio organizacional do sistema da gestão pública, que muito pode contribuir para a eficiência e estabilidade das empresas e para a prossecução do interesse público.

Por todas estas razões não estamos em consonância com o Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Pior emenda que o soneto" e a alteração proposta pelo PSD, que consta do relatório da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano. Irrelevante, por um lado, desconcertante, por outro. Na procura de minimizar o afastamento prático do representante dos trabalhadores na gestão da empresa, o PSD introduz uma obrigatoriedade de periodicidade mínima dos órgãos de gestão verdadeiramente contraditória com os objectivos anunciados de aligeiramento pela Secretaria Regional proponente.

Assim, se até agora o Conselho de Administração reunia duas vezes por mês, com a proposta do Governo passaria a reunir uma, enquanto a criada Comissão Executiva duas. Com a proposta do PSD em Comissão, o Conselho de Administração, já despido de competências, continuaria a reunir duas vezes e a Comissão Executiva quatro vezes por mês. Louvado! É o "cobrir do sol com a peneira", quer dizer: compensar a extorção de competências de um órgão com o aumento da frequência obrigatória das suas reuniões.

Em síntese, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é nossa posição, conforme acabei de fundamentar, que esta proposta não deve ser aprovada, não deve ser alterada e deve ser rejeitada.

Disse. Obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS, CDS/PP e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta faz-nos ter de recordar aqui que o Governo Regional há anos - ou melhor há uns 4 anos atrás, o então Governo Regional da responsabilidade do PSD, tal como este - quando lhe faltou imaginação para outra coisa, afirmou categoricamente à comunicação social de que iam privatizar a SATA.

Agora, o Governo Regional possivelmente por falta de imaginação, porque não teria outra coisa ou porque queria divergir para um campo que não fosse sobre os problemas financeiros desta Região, em que as pessoas cada vez se apercebem mais, disse:

"Vamos modificar a gestão da SATA, vamos criar mais um órgão nesta empresa ou melhor um pequenino órgão..."

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Só ficava maior com mais um!

O Orador: No fundo o órgão criado, é parte integrante do Conselho de Administração, mas é expurgado dos representantes dos trabalhadores.

(Aparte inaudível do Subsecretário Regional da Comunicação Social)

O Orador: Outra questão que se põe...

O Sr. Subsecretário fale alto, porque V. Ex.^a também pode intervir e nessa altura vamos responder. Agora assim e enquanto eu estou falando, não consigo perceber e gostaria, bem como teria muito prazer em responder-lhe.

Assim, o Governo Regional cria esta Comissão Executiva, a qual é o Conselho de Administração expurgado dos representantes dos trabalhadores.

Dizia eu numa altura em que todos nós sabemos que o estado financeiro em que vive esta Região, os problemas que se põem a esta Empresa Pública SATA e alguns dos quais consequência do próprio estado financeiro da Região.

Será que por si só, é positivo retirar o representante dos trabalhadores à própria gestão da empresa?

Não será um mau caminho para este Governo Regional, procurar entrar nesta empresa retirando o único representante dos trabalhadores da gestão efectiva da mesma?

Não será isto, inclusivamente, um ataque à própria empresa SATA?

Estamos convencidos que o é, porque a criação desta Comissão Executiva em nada irá melhorar a gestão da SATA. Em nada irá procurar responsabilizar os trabalhadores pela própria gestão da empresa, mas sim pelo contrário, vem procurar desresponsabilizar os trabalhadores na gestão da empresa.

Isto é de facto, em nosso entender, um ataque à própria empresa, o que é lamentável. Mas, politicamente, até se poderá compreender por que é que é feito.

Por outro lado ainda, é duvidoso que a Lei 46/79 permita que se crie esta Comissão Executiva, que é de facto o Conselho de Administração sem o representante dos trabalhadores. Porque efectivamente a Lei 46/79, não permite que o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração das empresas públicas, tenha um estatuto diferente daquele que têm os restantes membros do Conselho de Administração.

Pensamos que o Governo Regional em vez de procurar equacionar os problemas desta empresa pública, em vez de procurar contribuir para o saneamento financeiro da empresa, em vez de procurar pagar aquilo que deve à empresa, está atentando contra os próprios interesses da SATA.

Isto tudo, levar-nos-á a votar contra esta proposta que o Governo aqui nos apresenta.

Presidente: Continua aberta a discussão na generalidade.

O Sr. Deputado Rui Melo pretende a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É um simples protesto, em relação a um dos apartes da intervenção do Sr. Deputado Carlos César, quando este se referiu, deselegantemente, sobre uma das organizações autónomas do Partido Social Democrata.

Os Trabalhadores Sociais Democratas, são uma organização autónoma organizada e tem dedicado a sua actuação na área laboral e sindical, dentro de uma dignidade que até é invejada pelo seu próprio partido.

Para isso, é só citar e recordo-lhe algumas declarações que foram proferidas no seu congresso.

Por isso, é deselegante referir-se da forma como o Sr. Deputado Carlos César referiu-se a uma organização autónoma do Partido Social Democrata, que tem demonstrado e sabido, junto dos trabalhadores, impor-se, por forma a engrossar cada vez mais as suas fileiras.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): É para um contraprotesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um curtíssimo contraprotesto.

É apenas para dizer que a única coisa que eu disse dos TSD, é que eles também se podiam chamar "gravatinhas"!

Tinha sido muito pior se eu tivesse dito que os TSD podiam usar uma gravata igual à sua!

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): É uma questão de gosto!

(Risos da Câmara)

Presidente: Continua aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma breve referência a esta proposta de diploma.

Realmente o que está aqui em discussão, é a proposta que o Governo apresentou que se restringe única e exclusivamente à introdução nesta empresa pública de uma Comissão Executiva.

O que nós aqui ouvimos, essencialmente, foi divagações sobre a empresa SATA. Já aqui ouvimos que a empresa deve dinheiro, que a empresa deve ser reestruturada assim, deve ser reestruturada "assado", que há trabalhadores que vão sair, que há trabalhadores que vão entrar. Bom, uma série de coisas que não têm nada a ver com o diploma que está aqui em causa.

Essas considerações várias e tecidas aqui, se alguma vez tiverem tradução prática, - e subirei a este Plenário - oportunamente aqui serão discutidas.

Eu parece-me que restringindo este diploma àquilo que ele é e em que ele aqui deve ser discutido, o que está aqui em causa é tão somente isto: o Governo vem propor que possa vir a ser criada uma Comissão Executiva. E fá-lo ao abrigo de legislação nacional existente com aplicação à Região onde já existe - tanto quanto eu sei - uma outra empresa pública que tem uma comissão executiva implantada e tanto quanto sei (e penso que sei!), essa própria figura que foi criada não tem causado nenhuns problemas. Porque se a questão que aqui foi levantada, até com uma certa acuidade, era a de dar a entender que o representante dos trabalhadores - que é também administrador como os outros administradores nomeados pelo Governo - é posto à margem, eu penso que não é, porque pelo menos não tem sido essa a experiência que se tem verificado a nível da Região na outra empresa aqui referida e que é a EDA. Realmente tem havido nesta empresa um trabalho muitíssimo profícuo por esse representante dos trabalhadores que, tanto quanto eu sei, não se tem sentido marginalizado.

Voltando agora a esta questão, o que se propõe no artigo 6.º-A é que o Conselho de Administração possa delegar numa comissão executiva, formada entre os seus membros, para a qual possam ser transferidas algumas das competências do artigo 6.º do estatuto da empresa. E também não acho razão para tanto pavor, porque ao fim e ao cabo, parece que se pretendeu deixar no ar nesta Câmara que podendo eventualmente o representante dos trabalhadores não integrar esta comissão executiva - eu não sei se ele vai ou não integrar esta comissão, isso é um problema interno da empresa não é nosso - não percebo a razão de ficar-se nesse estado de pavor e se vem dizer que daí para a frente vão surgir coisas horríveis na empresa. E repare-se porquê:

Mesmo que esta Comissão Executiva não fosse criada - eu não sei como é que ela vai funcionar porque não sou bruxo - repare-se que na situação actual, havendo 3 administradores nomeados pelo Governo e 1 em representação dos trabalhadores e ainda sendo o Conselho de Administração, quanto ao seu funcionamento, um órgão colegial, obviamente todas essas competências aqui referidas podem ser exercidas na mesma e podem ser exercidas contra o próprio representante dos trabalhadores, por maioria de votos desse órgão colegial. Portanto, eu não estou a perceber a razão do medo, porque se neste momento há 4 pessoas que integram o Conselho de Administração, se essas deliberações são tomadas por votos e, tal como aqui se disse, agora pode-se exonerar os directores, ou melhor, pode-se modificar a estrutura orgânica da empresa, isso já se faz agora, com Comissão Executiva ou sem ela, basta que o Conselho de Administração o queira fazer já, pois se vai a votação são 3 contra 1. Onde é que está a irregularidade ou quem é que pode arguir que esta decisão não é lícita?! Qual é o tribunal que vem dizer que isto é ilegal?!

Vamos ver se nos circunscrevemos aos factos e não à demagogia, pois são duas coisas totalmente diferentes. Eu, pessoalmente, não sei - o Sr. Deputado Carlos César ou os outros Srs. Deputados são capazes de saber, mas eu não sei - como é que vai funcionar esta dita cuja Comissão Executiva. Não faço ideia nenhuma.

Em termos do diploma que veio para aqui a Comissão procurou trabalhar o melhor que pôde. Pareceu lógico que o artigo 9.º que diz respeito às reuniões, se restringisse o seu funcionamento, ou seja, dando-lhe maior acuidade de funcionamento, reduzimos a metade os prazos que estavam previstos e isto foi mais ou menos conversado a nível da Comissão. É óbvio que os Srs. Deputados do Partido Socialista votam contra, votam a favor, votam como quiserem, pois o problema é deles, não nos diz respeito. Mas isto foi perfeitamente tratado lá na Comissão. Não percebo, por conseguinte, qual a razão de tanta queixa agora, nem percebo por que é que se faz este "festival" todo! Estas questões de terem que entrar 25% ou sair 25% dos trabalhadores da empresa, não tem rigorosamente nada a ver com o diploma que está aqui a ser discutido, isto é "fogo de vista"!

Por último, para não estarmos aqui a perder mais tempo, queria dizer apenas que a bancada Social Democrata assume o relatório da Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas. Desculpe Sr. Deputado Carlos César, mas o Sr. Secretário já tinha solicitado a palavra primeiro.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Eu cedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Não cede, o direito é meu!

(Risos do Governo)

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Não sei se é direito seu ou não. Mas é que eu já tinha pedido a palavra antes do Sr. Deputado.

Deputado Carlos César (PS): Não, não! Eu pedi primeiro!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Mas então, regimentalmente, o Sr. está depois da minha intervenção.

Deputado Carlos César (PS): Não estou não!

Bem, eu não posso ensinar o "Pai Nosso ao vigário"!

Presidente: Sr. Deputado Carlos César só um momento: pela ordem das inscrições, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas tinha pedido a palavra primeiro.

Deputado Carlos César (PS): O Sr. Presidente deve perguntar ao Sr. Secretário da Habitação... etc - é um nome muito comprido e eu não sei esses pelouros todos - para que efeitos é que ele deseja usar da palavra. Ele vai responder que é para uma intervenção. De qualquer modo é preciso que haja alguma logicidade regimental aqui. Com certeza que o Sr. Secretário deseja usar da palavra para algum fim que deve especificar. Eu já disse qual é o meu e até se for preciso eu protesto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Deputado Carlos César (PS): Quem não sabe, a mais não é obrigado!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu posso e vou invocar a figura regimental de prestar um esclarecimento, em relação às intervenções que aqui foram proferidas, para manter exactamente a primazia que tinha do uso da palavra.

(Risos do Governo)

O Orador: E, portanto, como o Sr. Deputado Carlos César não aceitou a "oferta" que lhe fiz, eu vou usar da palavra com autorização do Sr. Presidente, evidentemente.

Eu penso e compreendo o dramatismo todo que o Partido Socialista fez acerca desta proposta, é uma proposta humilde e simples tal como foi dito. É uma proposta que visa repor uma situação que não é nova na Região. Como se sabe, as empresas públicas regionais são as únicas - a nível todo o País - que têm representantes dos trabalhadores eleitos nos órgãos de administração da empresa, seja nos conselhos de administração, seja nas comissões de fiscalização. E também de acordo com a faculdade que a legislação nacional confere, foi na altura aprovado no estatuto duma das empresas públicas da Região, a criação de uma comissão executiva.

Em 1988 a SATA não optou por essa via, aquando da aprovação do seu estatuto por esta Assembleia, evidentemente que não vou discutir quais eram os pressupostos que estavam nesta orientação que presidiu nesta altura à elaboração e à aprovação do estatuto, mas entendeu-se nesta fase que seria desejável uniformizar os critérios a nível das empresas públicas da Região. Não fazia sentido que numa empresa com a dimensão da EDA, houvesse uma comissão executiva, bem como o tratamento que é dado aos representantes eleitos nos órgãos de administração e à SATA fosse dado um tratamento diferenciado. E o que me parece necessário é que nesta fase, nós não podemos de maneira nenhuma fazer a análise a este diploma sob uma óptica pura e simplesmente partidária, porque hoje o representante dos trabalhadores é afecto ao Partido Socialista, mas amanhã pode não ser. Por isso, interrogo-me se, porventura, o representante dos trabalhadores não fosse um elemento afecto ao Partido Socialista, o PS tomaria a posição que hoje aqui toma?... Se calhar não a tomaria!

Portanto, era bom fazer esta distinção e acho que o que devemos aqui ver, é se está ou não correcto - no meu entender e como autor da proposta, eu entendo que está correcto - e não vai com certeza provocar nenhuma agitação, visto que também não há qualquer usurpação de poderes, ou seja, os poderes mantêm-se no Conselho de Administração, Sr. Deputado. É que há pouco parecia que havia aqui um "jogo do gato e do rato" em que se usurpava poderes, ou melhor tira-se os poderes a uns para dar aos outros - evidentemente que não se trata disso. O Sr. Deputado fez uma caricatura para "levar a água ao seu moinho", mas é bom que se esclareça isso, porque não se está a tirar poderes do Conselho de Administração para dar à Comissão Executiva. Acontece é que o Conselho de Administração tem-nos, mas estes podem ser exercidos pela Comissão Executiva. E mais, a qualquer altura podem ser invocados pelo Conselho de Administração. Entretanto, as grandes decisões da política da empresa mantêm-se exactamente na área da competência do Conselho de Administração e os trabalhadores devem é participar na decisão das grandes questões de política da empresa e por isso mesmo não vejo de maneira nenhuma que venha qualquer mal ao mundo pelo facto de se criar esta Comissão Executiva.

As questões que foram aqui também suscitadas por intervenções anteriores...

Presidente: Sr. Secretário, eu chamava a atenção porque o seu tempo está a terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Deputado Francisco Sousa (PS): Isto não é igual à SATA!

O Orador: Uma vez que...

(Apartes inaudíveis do Deputado Francisco Sousa)

O Orador: Ainda não acabei, o Sr. Deputado Francisco Sousa estava-me a interpelar, mas eu volto à questão Sr. Deputado.

Para não levar mais tempo, Sr. Presidente, eu termino aqui e vou voltar outra vez a dar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para prestar esclarecimentos.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Se quiser falar da próxima vez, não precisa agora de prestar esclarecimentos. Faz uma intervenção e pode ter uma infinidade de tempo!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Eu volto a prestar!

O Orador: É mais uma ajuda que lhe dou!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e Sr. Secretário de todas essas competências:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Victor Evaristo, eu não quero reincidir no tom temático que nos fez notar há uns tempo atrás, mas o Sr. Deputado continua na mesma.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não, o Sr. é que continua na mesma!

O Orador: Primeiro, foram tecidas várias considerações pelo seguinte:

Esta proposta que nos é aqui submetida pelo Sr. Secretário Natalino Viveiros, tem como superior fundamentação a racionalidade, eficácia e a boa administração da empresa.

É esse o grande argumento que está colocado para a criação da Comissão Executiva.

Deputado Victor Evaristo (PSD): É capaz, é capaz!

O Orador: E esse argumento não é verdadeiro! Esse argumento é uma falsidade, porque não é na alteração de 4 para 3 pessoas que é uma alteração qualitativa da gestão da empresa.

Deputado Victor Evaristo (PSD): De repente é!

O Orador: A alteração era, se calhar, acabar com o Secretário que ocupa a tutela, que é celebrizado nesta Região por actos contra a racionalidade e eficácia das empresas, inclusivé, pelas empresa que ele já passou e se quiser falamos nisso.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Victor Evaristo não são as transferências de umas pequenas "competências", V.Ex.^a não leu este diploma.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Li!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: V. Ex.^a não preparou este diploma!

Deputado Victor Evaristo (PSD): O documento está aqui!

O Orador: Porque mais de metade das competências que constam do artigo 6.º do actual Estatuto da SATA, são transferidas para a Comissão Executiva e ainda por cima são transferidas competências que são inequivocamente matéria de gestão do ponto de vista laboral, o que é um verdadeiro contrasenso.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não é não senhor!

O Orador: Em terceiro lugar, Sr. Deputado Victor Evaristo, a composição da comissão executiva não é um problema da empresa...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Pois não!

O Orador: O Sr. Deputado Victor Evaristo não leu o diploma!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Deputado Victor Evaristo, não preparou o diploma!

(Aparte inaudível do Deputado Victor Evaristo)

O Orador: Porque a competência de constituição da Comissão Executiva de nomeação dos seus membros, não passa exclusivamente pelo Conselho de Administração.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Pois não!

O Orador: E V. Ex.^a disse que era apenas um problema da empresa e diz que depois farão o que quiserem,...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Claro!

O Orador: ...não sei se utilizou algumas expressões marginais para acompanhar essa sua posição.

Portanto, V. Ex.^a também não leu o diploma!

Não é um problema da empresa, mas sim um problema da política da tutela em relação ao regime de gestão da empresa.

(Aparte inaudível do Deputado Victor Evaristo)

O Orador: E quanto ao Sr. Deputado Victor Evaristo, é melhor eu não dizer mais, porque o resto era no tom semelhante.

Quanto ao Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes, Ambiente e Comunicações...

Deputado Rui Melo (PSD): Não tem Ambiente!

O Orador: Tem, tem!

O Sr. Secretário libertou-se...

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Seja correcto como eu sou consigo!

O Orador: Está bem!

O Sr. Secretário libertou-se ali de uma "espera quaresmal" e vem-nos aqui apresentar este diploma como o "menino de Deus" o faria.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): O Sr. lá sabe!

O Orador: Então, esta proposta é humilde e simples, não é?! Esta proposta é arrogante! Esta proposta é autoritária! Esta proposta é policial! E esta proposta é autocrática!

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Se fosse feita por si era! É essa a diferença!

O Orador: Porque esta proposta visa exclusivamente sanear um membro da empresa, mais nada! Mais nada!

Sanear um membro da gestão contínua da empresa, é apenas isso. Mas isso,...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: ...pode não ser localmente relevante, mas num plano político global representa o posicionamento deste Governo e do Partido que o suporta em relação à

qualidade da gestão de uma empresa pública e reflecte qual é o vosso sentimento sobre isso.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já terminou.

O Orador: V. Ex.^a também nunca ouviu o Sr. Presidente dizer que falta um minuto?

Presidente: Eu já o avisei. Inclusivamente, dei-lhe sinal há pouco.

O Orador: Sim senhor. Eu tenho muitas mais hipóteses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Finalmente, devo-lhe dizer que a nossa questão é uma opção política em relação ao modelo de gestão, seja hoje, como tem sido uma pessoa eventualmente ligada ao Partido Socialista e não sei se ele é ligado ou não.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Ai, o Sr. é um anjinho, eu vou-lhe comprar as asas!

O Orador: Não, não sei como é que ele vota!

(Risos da Câmara)

O Orador: A nossa questão é uma questão de fundo, é uma questão global e que tem a ver com este problema.

O Sr., sim, é que é manifestamente um arrebanhador e um arrecadador de bilhetes partidários para com isso obter os lugares na gestão por onde passa, na administração por onde passa, na Secretaria por onde passou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para uma esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos César, visto que estamos em maré de esclarecimentos.

O primeiro esclarecimento que eu quero prestar ao Sr. Deputado Carlos César, é repetir aquilo que já lhe disse uma vez e que foi em relação a este documento. Por isso, não queria voltar a dizer nesta Casa o que lhe disse aqui e usar a mesma palavra, porque V. Ex.^a nunca mais me apanha sem documentos aqui.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Estão todos aqui e eu vou-lhe demonstrar que sei muito bem o que lhe estou a dizer. Assim soubesse sempre aquilo que V. Ex.^a diz!

Olhe, para já vou-lhe dizer uma coisa para começarmos: a cena que se repetiu da outra vez e que V. Ex.^a agora se permitiu dizer de que eu também não li o diploma, é bom que fique aqui claro e na memória de todos os outros Srs. Deputados, que não passou de uma malandrice sua.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ignorância sua!

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Não, de malandrice dele! Não foi por ignorância minha, mas sim por malandrice dele! E é bom não voltarmos a falar nesse mesmo assunto! E o Sr. Deputado fica a saber que quando voltar a dizer que não estou documentado, é melhor tentar saber primeiro, se eu estou ou se não estou, porque eu tive o cuidado de lhe dizer uma vez e V. Ex.^a nunca mais me apanha em falso. V. Ex.^a, pode ter a certeza disso!

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Quando V. Ex.^a nasceu, eu já cá andava. Também não se esqueça disso!

Deputado Fernando Fonte (PS): Então, o Sr. já foi apanhado em falso!

O Orador: Pois já! Não, não! Não fui, apanhou-me uma vez! Ele sabe bem o que se passou e ele depois já teve o cuidado - aqui também digo - e a decência que ele também teve e a educação que ele também mostrou de, em particular, me ter dito e me ter feito alguns esclarecimentos sobre essa matéria. Portanto, essa justiça também lhe quero prestar. Agora, o que eu não queria, é que voltássemos a repetir aqui dentro a mesma conversa. Estamos entendidos?!

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: "À bon entendeur", Sr. Deputado Carlos César, ficamos por aqui.

Eu queria dizer-lhe aquilo lhe disse há bocado. Eu não sei e por isso não posso aqui estar a dizer, como é que vai ser feita essa Comissão Executiva. Obviamente, que V. Ex.^a não me pode - penso eu - acusar de não saber ler. Pois é evidente que está aqui que compete...

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo, dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...a sua designação e nomeação ao Governo. Agora, se eu lhe disse em princípio que não sabia se a iam constituir, não valia a pena estar-lhe a dizer se era ou não o Governo que ia exonerá-la ou nomeá-la.

Deputado Carlos César (PS): Eu disse que era um problema da empresa. Não venha dizer que não é!

O Orador: Pronto, são coisas diferentes, Sr. Deputado.

Por outro lado, há aí uma coisa que também me parece que deve ser esclarecida com toda a calma e que é isto:

Na realidade as competências do Conselho de administração, naquilo que é de fundamental para a gestão de uma empresa, não podem ser cometidas à Comissão Executiva. Essas são do exercício de poderes do Conselho no seu conjunto.

Deputado Carlos César (PS): Não está nada certo!

O Orador: Está pois! Pois, é claro!

Portanto, também não vale a pena dar aqui a entender o contrário. Porque se na realidade se vier a verificar o quadro que o Sr. Deputado aqui descreveu, que fica a empresa nas mãos apenas de uma Comissão Executiva e que os trabalhadores não podem tomar nenhuma posição. Não é verdade, porque o representante dos trabalhadores participa de direito em todas as alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 6.º do próprio diploma que cria a SATA, que é o fundamental.

Portanto, era só isto que eu queria dizer, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar mais um esclarecimento.

É que efectivamente, não quero prolongar esta polémica, mas o Sr. Deputado Victor Evaristo disse aqui que o problema quanto à composição da Comissão Executiva, é um problema do Conselho de Administração da empresa, ou seja, é um problema da empresa e sei lá como é que eles vão fazer. Foi assim que ele disse. Mas não é, é um problema do Governo...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Será depois!

O Orador: É um problema do Governo! É ao Governo que compete fazer isso!

Deputado Victor Evaristo (PSD): Mas é depois!

O Orador: E já de vez, eu aproveito e pergunto ao Sr. Secretário Regional da tutela que me diga qual é a sua opinião?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Claro!

Deputado Rui Melo (PSD): Não tem opinião!

O Orador: Se acha que a futura Comissão Executiva deve ou não ser integrada pelo representante dos trabalhadores na gestão da empresa?

Assim satisfazemos a mais íntima curiosidade que está aqui a ser posta em presença pelo Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não, eu não tenho curiosidade nenhuma. O Sr. é que tem!

O Orador: Portanto, eu deixo este registo deste pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário.

Além disso, quanto à história de todas as empresas públicas terem comissões executivas, a EDA, tem com certeza influenciado pelo seu patrocínio lá na altura quando se tentou livrar do representante dos trabalhadores, se calhar para fazer aprovar uma deliberação no Conselho de Administração da EDA, que depois de não sei quantos anos de presença na sua administração os seus administradores **podiam ficar como assessores no quadro dessa empresa, o que é uma vergonha para a Região...**

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E é ilegal!

O Orador: ...e que ilegal à luz do estatuto do gestor público, porque os conselhos de administração não podem participar em deliberações que afectem directa ou indirectamente o seu interesse pessoal e quando se aprova uma deliberação dessa

natureza é em exclusivo proveito pessoal. Talvez se estivesse lá na altura sentado o representante do conselho de administração...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): E estava!

O Orador: ...ou se não fosse um "gravatinha" qualquer...

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): Não era!

O Orador: ...uma coisa desta não tinha passado de certeza.

Sr. Secretário:

A questão não pode ser comparada ao estatuto das outras empresas públicas.

Eu referi na minha intervenção na generalidade, que os conselhos de administração das outras empresas públicas...

Presidente: Sr. Deputado, só tem mais um minuto.

O Orador: ...são formados em regra geral, por 9 e 11 membros e é com esse objectivo de maior racionalidade e eficácia, aí sim, que se nomeiam comissões administrativas de 3 ou 5 pessoas, conforme a lei também estipula.

Não é na Região que existe...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

O Orador: Mas é o que está na lei. Não é na Região e é o espírito da lei. Não é na Região em que os conselhos de administração são formados no máximo por 4 pessoas, todos nomeados.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): No máximo por 5!

O Orador: São no máximo legalmente por 5, mas todos os conselhos de administração não chegam sequer a 5 pessoas aqui nos Açores, são 4.

Presidente: O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, a sua proposta não tem nenhuma relação com o praticável em outras empresas públicas, neste sentido que eu mencionei e também

não tem qualquer razão em matéria de racionalidade e eficácia. Tudo isto, pura e simplesmente, é uma falsidade, é uma provocação e é uma arrogância!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Evidentemente que seria - e já disse aqui como aparte e fica registado - uma proposta arrogante se fosse outro proponente que não eu. Por exemplo, o Sr. Deputado Carlos César, nessa altura se fosse o proponente, ou seja, o autor da proposta talvez ela fosse uma proposta arrogante. Assim sendo, eu mantenho aquilo que disse inicialmente.

Além disso, devo-lhe dizer uma coisa. Essa discussão nem sequer se coloca a nível nacional, na medida em que a nível nacional como também já tive oportunidade de dizer, não há representantes dos trabalhadores eleitos nos conselhos de administração.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Mas não há!

Deputado Carlos César (PS): Mas está na lei!

O Orador: Mas não há!

Deputado Carlos César (PS): Mas está na lei!

O Orador: Mas não há!

Portanto, não se cumpre a lei. Isso é outra questão, mas não há!

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Nós aqui estamos em vantagem, porque quisemos desde 1976 fazer cumprir a legislação e nomear, exactamente como a lei previa, um administrador que represente os trabalhadores nos conselhos de administração das empresas públicas.

Deputado Carlos César (PS): O Sr. quer é não prestar tanto como o Cavaco!

O Orador: Está bem Sr. Deputado, eu não faço comparações. V. Ex.^a é que está habituado a fazer permanentemente comparações entre Deputados da sua bancada mas isso é outro problema. Eu sou como sou e tenho muito gosto em ser como sou! Portanto, não vamos fazer aqui comparações! Não venha V. Ex.^a desviar o debate! Por outro lado, V. Ex.^a pergunta se vai o representante dos trabalhadores ser indicado? Eu devo dizer-lhe que não vou indicá-lo!

Vozes da bancada do PS: Ah, ah!

O Orador: Não há "Ah" nenhum! É assim mesmo. Não vou indicá-lo!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Pronto, esta é a minha opinião como proponente. O Governo decidirá sim ou não, mas eu não indicarei.

(Protestos inaudíveis entre as bancadas do PSD, PS e Governo)

Presidente: Srs. Deputados... Srs. Deputados...

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A última afirmação do Sr. Secretário Regional, para nós é perfeitamente clara.

O Governo Regional pretende, de facto está confirmado, retirar de uma das partes fundamentais duma empresa pública os trabalhadores de toda e qualquer atitude de gestão naquela empresa.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Isso é falso!

O Orador: O Sr. Secretário acaba de dizer...

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): O Sr. não manipule as palavras!

O Orador: O Sr. Secretário acaba de dizer que da Comissão Executiva ele não fará parte, porque o Sr. é que o nomeia...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Não sou eu que nomeio. É o Governo!

O Orador: ...a comissão Executiva para a qual ele não fará parte.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Eu não nomeio!

O Orador: V. Ex.^a é que nomeia.

Por outro lado, o artigo 6.º-A, n.º 3, proposto pelo Sr. Secretário, diz que os membros do Conselho de Administração que façam parte da comissão executiva, é que se consideram em regime de tempo inteiro.

É evidente que conjugando estes 2 fenómenos, é evidente que o representante dos trabalhadores que participará no Conselho de Administração de acordo com a sua proposta, salvo erro, de mês a mês e de acordo com a proposta da comissão de 15 em 15 dias, irá lá um dia a uma reunião e depois voltará ao balcão da SATA, ou seja, exercer a sua profissão.

É evidente que isto na prática, é retirar toda e qualquer participação dos trabalhadores na gestão da empresa. Isto na prática é um golpe duro para uma empresa que V. Exas. deveriam procurar salvaguardar e fazer tudo no sentido da mesma empresa poder cumprir a sua função social que também tem.

Presidente: Continua a discussão na generalidade.

Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, deixem-se ficar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada, na generalidade, com 27 votos a favor do PSD, 20 votos contra do PS, 1 voto contra da Representação Parlamentar do CDS/PP e 1 voto contra da Representação Parlamentar do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na generalidade, nós votamos contra esta proposta, porque consideramos que este Governo Regional e o partido que o sustenta, estão a prestar um mau serviço a esta Região e à Empresa Pública SATA, ao retirar o representante dos trabalhadores duma gestão eficaz, actuante e do conhecimento total do modo como se gere esta empresa. É, de facto, em nosso entender, prestado um mau serviço a esta empresa e à Região.

Presidente: Srs. Deputados, iríamos entrar agora na especialidade.

No entanto, atingimos a hora regimental de encerrar os nossos trabalhos. assim, recomeçá-los-emos amanhã, pelas 15,00 horas.

Boa noite e muito obrigado.

(Eram 20,00 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Fernando Menezes, Martins Goulart)*

*(Deputado que faltou à Sessão: **PS** - Rui Pedro Ávila)*

A Redactora de 2.^a Classe, Ana Cristina Bettencourt Marcelino.